

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**O PADRE JOSÉ CARVALHO DE SOUSA E O COLÉGIO
ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS:
uma história indissociável da educação**

Autora: Cristiane de Souza Santana Lima

Orientadora: Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

ARACAJU - SE - BRASIL

FEVEREIRO 2013

**O PADRE JOSÉ CARVALHO DE SOUSA E O COLÉGIO ARQUIDIOCESANO
SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: uma história indissociável da educação**

CRISTIANE DE SOUZA SANTANA LIMA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE TIRADENTES COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO

Aprovada por:

Prof(a). Dr(a). Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Prof(a). Dr(a). Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Prof(a). Dr(a). Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

ARACAJU, SE - BRASIL
FEVEREIRO DE 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

732p Lima, Cristiane de Souza Santana.

O Padre José Carvalho de Souza e o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus: uma história indissociável da educação / Cristiane de Souza Santana Lima; orientação [de] Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto – Aracaju-Se ; 2013
107 p. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) – Diretoria de Pesquisa e Extensão,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, 2013.

1. Educação. 2. Instituição Educativa. 3. Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus. 4. Padre José Carvalho de Sousa. 5. Sergipe I. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto [orientadora]. II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 37(813.7)

Bibliotecária Alda Teresa Nunes de Freitas CRB- 5/1279

Quem faz caminhadas cotidianas, seguindo o mesmo percurso por semanas a fio, muitas vezes consegue acompanhar, passo a passo, o processo de construção de um prédio. E, de repente, em determinado dia, ao esticar o olhar com mais atenção, pode dar-se conta que aquelas estacas grotescas, tão ruidosamente ali instaladas desde o início, agora aparentemente deixaram de existir. Tendo cumprido importante papel na primeira etapa de edificação da obra, elas devem então desaparecer, permitindo, paulatinamente, que o arcabouço se autossustente através das bases sólidas, agora já estruturadas. Assim, o que antes era só projeto esboçado, vai ganhando envergadura e, a cada novo passo, cimenta-se ouro patamar'.
(Beatriz T. Daudt Fischer, 2004)

*Dedico a meu pai, grande mestre, que
mostrou-me, ao longo da sua trajetória
como professor, que educação é amor, e
é em nome desse amor que procuro
seguir seus passos e ensinamentos, para
que possa diariamente ser um ser
humano melhor.*

AGRADECIMENTOS

Inicio meus agradecimentos referindo-me a Deus, ser superior que ilumina minha vida, e que me dá todo o esteio que preciso para seguir adiante na busca das minhas conquistas e desafios.

Diante da minha lista de agradecimentos inicio pelos meus pais, José Menezes Santana e Josefa Santana, amor incondicional, construído e respaldado no respeito, na preocupação para que todos os filhos galgassem formação. Pais formadores, que abdicaram de muitas coisas para poder, dignamente, criar a sua prole de 06 filhos. Quero externar o meu maior amor por vocês, pois se estou concluindo esta etapa da minha vida, devo isso ao esforço de vocês, que sempre me estimularam e acreditaram que eu podia mais.

Quero agradecer a Deus, pela existência do meu pequeno João Vitor, filho único e muito amado, mas que devido a tantas atribulações, por muitas vezes fui uma mãe ausente. Período difícil esse, hein filho!!! Quantas vezes precisei me ausentar e externar muitos não, quando solicitava minha atenção. Sei que deixei marcas, mas espero em Deus que possa ter tempo para lhe fazer esquecer tantas castrações. Saiba que era você, o maior motivo, que me fez seguir adiante nesta trajetória com tantas pedras no meu caminho. A mamãe te ama de forma incondicional.

Ao meu marido, Roberto Lima Júnior, grande estimulador na busca desta conquista, que mesmo não compreendendo especificamente o cenário de um mestrado, compartilhou comigo minhas angústias, me estimulando a seguir o caminho da docência e conquistar mais uma vitória. Por vezes eu não consegui lhe explicar o quanto era necessária minha ausência, minha impaciência no papel de mulher e esposa, mas acredito que superamos as fases difíceis e que o amor prevalece. Que venham novas etapas e novas conquistas.

Aos meus amados irmãos: Taninha, Marcelo, Mãe Rita, Bosquinho (in memoria), Dorinha, além de meus lindos sobrinhos, pessoas que amo da forma mais carinhosa que possa ter, pois família é tudo. Muito obrigada por existirem.

A D. Ninha, Sr. Roberto, Tia Baleia e Tio Fabinho, família de Roberto, que por vezes foram grandes salvadores, pois levavam João Vitor para passear para que eu pudesse estudar e/ou produzir. Muito obrigada e saibam que tenho grande carinho por todos.

Aos meus queridos e amados amigos da PAACE, Prof. Gilton, Edi, Rosinha, Ítalo, Lulu, Prof^a. Lúcia e Prof. Gracindo, pessoas maravilhosas que Deus colocou na minha vida, sei que fomos irmãos em outra encarnação, tenho certeza que o amor aqui prevalece. Vocês foram fundamentais para a conquista desta etapa, pois se não fosse a compreensão pelas ausências, por parte principalmente do meu querido e amado chefe, Prof. Gilton, não iria conseguir. Muito obrigada de coração a todos.

Aos meus amigos da II turma do Mestrado em Educação da Unit, meu muito obrigada por tudo que possibilitaram viver com vocês, os horários dos lanches, as boas risadas e as tensões pré-apresentação, dentre tantas outras coisas. Mas não posso deixar de citar o nome de algumas pessoas que mais especialmente pude desfrutar da convivência, a exemplo de: meu amigo Rogério e as minhas amigas lindas e maravilhosas: Violeta, Lurdes Maria, Miriane e Paty. Obrigada pelos momentos inesquecíveis que vivemos ao longo deste período. Vou levar vocês na minha memória para sempre. Agradeço também aos que fazem o PPED, cujo trabalho vem ganhando força e gerando mestres.

A minha querida amiga/irmã Silvânia Santana, pessoa íntegra, que ao longo de todo este trajeto foi um divisor de águas, pois encorajou-me a seguir em frente, sempre com seu jeito doce em afirmar que eu iria conseguir, e graças ao meu bom Deus acreditei nela e hoje estou aqui, tentando externar o grande carinho que tenho para com esta pequena grande mulher e educadora.

Aos mestres, que ao longo da minha trajetória, dentro do Mestrado em Educação, propiciaram formação, carinho e grande aprendizado, para que hoje possa finalizar esta etapa na minha vida. Agradeço a cada um, em especial ao Prof. Miguel A. Berger, que me aceitou como orientanda no início desta trajetória e a Juliano Beck pela paciência em corrigir as tantas versões construídas e desconstruídas dessa dissertação.

À professora Dra. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, por suas colocações tão bem acentuadas na Qualificação.

Foi intencional deixar esta pessoa para o final dos meus agradecimentos, pois qualquer palavra que externe sobre ela, será pouco, por tudo que representa e representou para minha vida. A minha admirada orientadora, Prof^a. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, **MESTRA** com letras maiúsculas, pessoa humana, profissional comprometida e que pegou pelo braço e disse: “Temos pouco tempo para colocar a casa em ordem, mas se você quiser vou com você.”, e após a minha ânsia de esperá-la como orientadora ao longo destes dois anos de mestrado, finalmente se concretizou e

nós nos jogamos de corpo e alma na construção desta dissertação. Tantas vezes me disse: “Coloque sua emoção aqui, pois somente desta forma ficará bom” e eu agora externo toda a minha emoção para dizer-lhe que você foi e será sempre um exemplo para mim, daqueles que a gente leva até a morte, pois admiração e carinho verdadeiro são inabaláveis. Que Deus a abençoe.

Aproveito o momento para reafirmar aqui a minha eterna gratidão e admiração ao Padre Carvalho, que me recebeu por vezes na sua hora de descanso, mas sempre muito atencioso e receptivo, e é em nome de tudo isso que construí essa dissertação com tanto carinho, espero não decepcioná-lo.

Não poderia deixar de referir-me aos que me concederam entrevistas, a exemplo do próprio Padre Carvalho, professores, alunos e funcionários, que ajudaram a compor o perfil da escola e do seu criador. A partir disso, pude legitimar a pesquisa aqui apresentada.

Finalizo a minha escrita agradecendo a todos, inclusive aqueles em que não expus os nomes, mas de uma forma ou de outra foram decisivos na conclusão dessa dissertação. Meu carinho especial a vocês!!!!

RESUMO

O interesse pela História da Educação em Sergipe vem crescendo constantemente em decorrência de vários trabalhos desenvolvidos pelos grupos de pesquisas, nos cursos de graduação e pós-graduação das instituições de ensino Superior de Sergipe, contribuindo para o aprofundamento do campo da historiografia local e nacional. O estudo sobre as instituições educacionais e seus mentores, é relevante, pois através destas pesquisas históricas é possível analisar a concretização da legislação pertinente ao perfil do corpo docente e discente, o cotidiano escolar, bem como as suas práticas escolares. Em virtude disso, o presente trabalho tem por objeto de análise a trajetória de vida do Padre José Carvalho de Sousa e, dentro dela, a criação do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. Com tal objeto, elegi como objetivo compreender a constituição identitária do referido colégio como fruto da ação do seu criador. Para tanto, foi necessário: entender o contexto educacional do qual o colégio descende; analisar a trajetória do Padre Carvalho e, dentro dela, os indícios do que o tornaram um empreendedor da educação; e, por último, interpretar a cultura e as práticas educativas desenvolvidas no “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. O referencial teórico está respaldado na História Cultural e em autores como Abrahão (2004), Barreto (2004), Berger (2010), Bourdieu (2005; 1998), Carino (1999), Chartier (1990), Dantas (2004), Freitas (2006), Julia (2001), Le Goff (1984), Magalhães (2004), Monteiro (2003), Nascimento (2004), Nunes (2008) e Sousa (2006). No tocante à metodologia, vali-me da pesquisa bio-bibliográfica e documental, além da metodologia da História Oral segundo Alberti (2004) e Montenegro (2010). O que se pôde concluir foi que o CASCJ tem a sua identidade atrelada ao Padre José Carvalho de Sousa que o compôs, através de uma Cultura Escolar baseada em normas e práticas educativas e religiosas, não podendo portanto dissociar criatura de criador.

Palavras-chave: Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus de Aracaju/SE. Cultura Escolar. Instituição Educativa. Padre José Carvalho de Sousa.

ABSTRACT

Interest in the History of Education in Sergipe has been growing steadily as a result of work carried out by several research groups, in undergraduate and graduate education institutions Higher Sergipe, contributing to the deepening of the field of local and national historiography. The study of educational institutions and their mentors, is relevant because through these historical research can examine the implementation of the relevant legislation to the profile of faculty and students, the school routine, as well as their school practices. As a result, the present work is the object of analysis the life trajectory of Father José Carvalho de Sousa and, within it, the creation of the "Archdiocesan School Sacred Heart of Jesus." With this object, I chose aimed at understanding the identity construction of that school as a result of the action of its creator. Therefore, it was necessary to: understand the educational context in which the college descends; analyze the trajectory of Father Carvalho and, within it, the signs of what made him an entrepreneur education and, finally, interpret the culture and educational practices developed the "Archdiocesan School Sacred Heart of Jesus." The theoretical framework is supported in Cultural History and authors such as Abraham (2004), Barreto (2004), Berger (2010), Bourdieu (2005, 1998), Carino (1999), Chartier (1990), Dantas (2004), Freitas (2006), Julia (2001), Le Goff (1984), Magellan (2004), Miller (2003), Birth (2004), Nunes (2008) and Sousa (2006). Regarding methodology, validated me research bio-bibliographical and documentary, beyond the methodology of Oral History seconds Alberti (2004) and Montenegro (2010). What could conclude was that CASCJ have their identity tied to Father José Carvalho de Sousa who composed through a standards-based school culture and educational practices and religious, and therefore can not dissociate creature creator.

Keywords: Archdiocesan School Sacred Heart of Aracaju / SE. Culture School. Educational Institution. Father José Carvalho de Sousa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - O COLÉGIO “ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS” COMO FRUTO DE REFORMAS EDUCATIVAS E DA INICIATIVA PARTICULAR.....	31
1.1 Entre reformas públicas e a iniciativa particular.....	32
1.2 A Educação brasileira no início do século XX.....	32
1.3 Situação do ensino secundário a partir da Lei N. 4.244 de 1942.....	33
1.4 Ensino em Sergipe – O Estado e a iniciativa particular.....	41
CAPÍTULO II - JOSÉ CARVALHO DE SOUSA – DE PRETENSO FAZENDEIRO A AUDACIOSO PADRE EDUCADOR.....	47
2.1 E o menino quis ser padre.....	50
2.2 E o padre tornou-se reitor do seminário e criou um educandário.....	54
2.3 O educandário tornou-se colégio.....	59
CAPÍTULO III - ENTRE MEMÓRIAS E PRÁTICAS ESCOLARES: O “COLÉGIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS”.....	75
3.1 Depois da porta de entrada.....	76
3.2 Dentro do memorial do Colégio, uma história.....	77
3.3 A cultura escolar do CASCJ.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	104

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01	– Matéria em Semanário esportivo acerca do CASCJ no esporte.....	23
Imagem 02	– Prédio do Seminário Sagrado Coração de Jesus.....	53
Imagem 03	– Ordenação do Padre José Carvalho de Souza,.....	55
Imagem 04	– Primeira Missa do Padre José Carvalho de Souza,.....	55
Imagem 05	– Fachada do Educandário Pequeno Príncipe.....	57
Imagem 06	– Padre Carvalho com alunos do Educandário Pequeno Príncipe.....	58
Imagem 07	– Comunicado sobre a instalação do ginásio.....	60
Imagem 08	– Organograma do CASCJ no livro de registro de 1960.....	61
Imagem 09	– Lista de alunos que passaram pelos Ex. Admissionais, (fev. de 1960)....	63
Imagem 10	– Lista de docentes da 1ª série ginásial e disciplinas, (mar. de 1961).....	64
Imagem 11	– Lista de docentes da 2ª série ginásial e disciplinas (março de 1961).....	65
Imagem 12	– Horário do 2º ano ginásial com as disciplinas (1961).....	67
Imagem 13	– Matéria de jornal acerca Ginásio Arquidiocesano.....	69
Imagem 14	– Ofício comunicando a abertura do CASCJ para estudantes femininas....	70
Imagem 15	– Recorte de documentos sobre atualizações sobre a escola.....	71
Imagem 16	– Matéria de jornal acerca das vitórias no esporte dos alunos CASCJ.....	73
Imagem 17	– Matéria de jornal acerca da comemoração do Dia da Independência....	82
Imagem 18	– Matéria de jornal acerca do lema do CASCJ (nov. de 1960).....	84
Imagem 19	– Primeira comunhão de alunos do CASCJ (2007).....	91

INTRODUÇÃO

[...] só uma História de Vida põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos. (NÓVOA, op. cit., p. 113).

É alicerçada nesta assertiva do professor Antônio Nóvoa, que inicio este trabalho relatando a minha trajetória educacional, quando, com 4 anos de idade, ingressei, como aluna, no “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, e lá estudei até os meus 17 anos, no ano de 1990, quando concluí o 3º ano do ensino médio. Nele sedimentei valores éticos, morais, conhecimentos específicos e uma formação para a busca da minha independência profissional enquanto cristã e cidadã. Como aluna do Colégio Arquidiocesano, pude vivenciar diferentes etapas da minha vida educacional, pois foi nesta instituição que aprendi as primeiras letras e também recebi formação religiosa severa, na qual “Deus vê tudo”. E por isso, todo comportamento que fugisse às normas estabelecidas, tinha que ser punido. Eram estes os ensinamentos apreendidos durante as aulas de religião com o Padre Carvalho, diretor da instituição desde a fundação da escola e presente no cargo até o ano de 2012. O que ficou na minha memória é que a escola foi sinônimo de obediência, respeito ao próximo e busca constante dos valores morais pregados pela Igreja Católica.

Na visão de Araripe (2001):

Nos espaços socialmente construídos por diferentes formas de linguagem, a sociedade busca construir sentido e fazer parte da história, cria relações de ordem cultural e possibilita um entendimento identitário. Há uma diversidade de representações criadas pelo homem a desempenhar papel fundamental na vida humana, pois estabelece lugares e constrói significados, atribuindo-lhes legitimidade e sentido, pois o que sobrevive não é tudo que existiu no passado, mas o que foi escolhido, de acordo com o desenvolvimento da humanidade, por aqueles que estudam a ciência do passado e do tempo presente. Nos caminhos para a compreensão da construção da sociedade a memória tornou-se um dos principais elementos para entender o mundo social, pois nos possibilita saber quem somos, integrando o nosso presente ao nosso passado. Olhar como se dá a relação do homem com o universo social: o que cria, produz, apropria, incorpora e simboliza, é fundamental para compreender o movimento da ação e do fazer do

homem como manifestação social e constituição da sociedade (ARARIPE, 2001, p.71).

Na busca das recordações acerca da minha relação com o universo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, lembro-me perfeitamente como eram os recreios, momentos de descontração e de intensa brincadeira, mas nunca poderíamos extrapolar e beirar o mau comportamento, pois éramos vigiados durante todo o tempo, primeiro “por Deus” e segundo pela orientadora de disciplina, a temida “Morena”. A escola tinha uma grande área de lazer, com árvores, bancos de cimento e quadra, onde brincávamos de “queimado” e tínhamos as aulas de educação física, momento pouco apreciado pelos alunos da minha turma, por isso sempre encontrávamos uma desculpa para não participar. Próximo ao muro do colégio havia um brinquedo chamado *Spirebol*. Não sei há quanto tempo estava lá, pois meus irmãos mais velhos já relatavam o quanto eram divertidas as competições no referido brinquedo, que era formado por uma haste de ferro grande com uma bola amarrada no final de uma corda. Lembro-me o quanto nos divertíamos impulsionando a bola de um lado e para o outro, eu pouco sabia das regras do jogo, apenas me recordo que a equipe que mais enrolasse a corda na haste era a vencedora. Durante o meu mergulho através das pesquisas sobre o colégio, pude me deparar novamente com a bola de *Spirebol*, mas agora ela se encontrava dentro de uma caixa de vidro, estática, sem os indumentários que davam vida àquele brinquedo. Porém, apenas a imagem da bola é, para mim, sinônimo de recordação de uma época significativa, e naquele momento a minha memória me possibilitou ouvir os gritos e gargalhadas, meus e dos meus colegas contemporâneos que adoravam o momento de lazer. Mesmo sendo o recreio um momento de descontração não nos eram permitidos xingamentos, brincadeiras violentas ou perigosas, assim como o namoro também era proibido dentro dos muros da escola.

As aulas começavam pontualmente às 7h e os atrasos eram imperdoáveis, ficando, quem não cumprisse o horário, do lado de fora da escola, sem nenhum prazo de tolerância. Lembro-me que algumas vezes perdi o horário de acordar e, devido a este pequeno deslize, cheguei à esquina da escola quando já tinha iniciado o toque de entrar. Então colocava toda força nas pernas e corria em direção ao portão de entrada, que ficava na Rua Senador José Rollemberg Leite. Durante a corrida, o receio de não dar tempo era uma mistura de medo e emoção por descumprir regras. Se os atrasos se repetissem por mais de duas vezes, os pais eram chamados e o aluno recebia uma

punição, a conhecida suspensão, castigo que possibilitava ao aluno ficar em casa para refletir sobre a sua péssima conduta, a de aluno indisciplinado. A farda tinha que estar impecável, sem manchas e sem falta de algum item, exemplo disso era o fato de sermos obrigados a levantar a bainha da calça para mostrar o uso da meia branca de cano alto e com borda trabalhada. Se não estivéssemos perfeitos, retornaríamos para casa com advertência que descrevia claramente o motivo que impossibilitava a nossa permanência na escola.

As aulas eram ministradas por professores de comportamentos comedidos, com posturas sérias e com regras baseadas no regimento da escola. Os docentes tinham metodologias tradicionais, sem grandes inovações educacionais, o que acabava nos deixando pouco interessados durante a exposição dos conteúdos.

Dentre tantos professores de comportamentos tradicionais que passaram pela minha vida educacional, me recordo claramente da professora de História. Fui sua discente por quatro anos seguidos, não que eu tenha reprovado, mas ela respondia pela disciplina de História de todas as séries do antigo ensino primário. Ela tinha um corpo robusto e a sua estrutura física já nos deixava um pouco amedrontados. Além disso, sempre buscou manter distância dos seus alunos, não permitindo espaço para afetividade. Quando adentrava a sala de aula com aquela pisada forte, todos nós deveríamos ficar estáticos, sem nenhuma conversa paralela, pois tal comportamento era imediatamente repreendido. No início da aula abria uma pasta de couro preta, objeto do qual nunca se separava, buscava seus papéis amarelados com anotações sobre os conteúdos a serem abordados durante aquele dia, postava-se de pé diante de nós, olhando-nos firmemente, e assim iniciava a aula, momento que iria perdurar pelos mais longos 50 minutos da minha vida.

Lembro-me que eu ficava refletindo o quanto a História era sem graça e mecânica, não tinha emoção no relato da professora, era algo sistematizado e muito distante. Não podíamos interromper o pensamento da mestra, com qualquer que fosse o questionamento, primeiro ela externava todo o conteúdo previamente preparado e somente após a sua exposição poderíamos questionar. Sempre levava todo tempo da aula com datas, nomes e eventos muito distantes dos nossos interesses, e quando finalmente o toque de saída era acionado, o nosso sentimento era de se livrar rapidamente daquela insatisfação velada.

O grande sonho dos meus amigos, assim como o meu, era concluir o ensino primário e passar para o ensino secundário, pois existia nesta fase um professor de

História que tinha fama de brincalhão e que fazia, das histórias do passado, uma encenação teatral. As aulas eram descritas, pelos alunos das séries adiantadas, como prazerosas e os 50 minutos de exposição se tornavam um espaço de tempo curto. No ano de 1987 finalizei no ensino de 1º grau e no ano seguinte iniciaria a fase tão esperada, o sonhado ensino secundário. Lembro-me que desejava muito ir para o 1º ano do 2º grau, por ser uma fase em que os alunos tinham mais liberdade dentro da escola. Sendo assim, os fardamentos diferenciados das outras séries, os professores eram mais próximos a nós e era nesta fase também que a maioria dos pais permitia que os filhos fossem para a escola e retornassem para suas casas sem acompanhamento. Por isso quase não consegui dormir na semana que antecedeu o início das aulas do ensino de 2º grau.

Nessa visita ao passado recordo-me de uma segunda-feira do mês de março de 1988, era o dia que iriam iniciar as aulas no ensino 2º grau. Lembro-me claramente da emoção daquele momento, era uma sensação de maturidade. Acordei bem cedo para que pudesse chegar logo na escola e antes das 6h15min estava a postos na minha nova ala, a ala dos alunos do ensino 2º grau. Enquanto o tempo passava, até o início da primeira aula, os colegas iam chegando e no momento de reencontro, as gargalhadas e abraços eram inevitáveis, comportamento esperado pela nossa idade, pois no calor da adolescência, tinha 15 anos neste período, tudo era muito intenso, o grupo era nosso objeto de identificação. Já se aproximava das 7h quando o toque de entrar na sala, para iniciar a aula, foi acionado, e logo chegou o nosso primeiro professor do dia. Quando menos esperávamos adentrou na nossa sala um homem magro, alto, um pouco calvo e com um sorriso na boca e apresentou-se: “Irei ser o professor de História de vocês durante todo este ano, vamos viajar por lugares nunca visitados anteriormente por vocês. [...] E aí, topam viajar comigo?”. Naquele momento me senti em êxtase, finalmente aquela espera por aulas que pudessem me levar além dos papéis amarelados tinha chegado ao fim, e toda a turma num mesmo eco respondeu a pergunta afirmativamente.

Também me recordo que alguns comportamentos, praticados durante o ensino infantil e 1º grau, não eram mais aplicados durante esta nova fase. Tais maneiras de agir não poderiam ser perpetuadas durante o ensino 2º grau, não por proibição da escola, mas por nos acharmos “adultos”, já não caberiam mais.

Dentre tantos comportamentos que deveriam ser abordados, não posso deixar de lembrar da Irmã Augusta de Souza, pessoa boníssima e calma. Sempre que

adentrávamos na sala dela, éramos presenteados com sorriso no rosto e sentíamos naquele momento a presença de “Deus” no recinto. A Irmã Augusta fazia parte do corpo administrativo da escola, mas ficou realmente conhecida, por todos que ali passaram, pela linda grafia que possuía. Utilizávamos do dom da freira para que ela fizesse as capas dos nossos trabalhos escolares. Naquela época os trabalhos eram escritos à mão, e queríamos valorizar a pesquisa com aquela grafia desenhada e rebuscada com curvas bem delineadas. Ela era uma artista, tinha uma letra belíssima, quando pegava a caneta para fazer as capas, parecia que estava de posse de um pincel mágico. Na porta da sua sala fazia-se fila, pois os alunos queriam que as capas dos seus trabalhos tivessem aquele desenho gráfico belo. Era como se o trabalho fosse um presente e a capa fosse a embalagem perfeita, que realmente desse beleza ao conteúdo interno.

Relato a fase do ensino 2º grau como particularmente especial, este emaranhado de sentimentos vivenciados com a chegada da adolescência nos dava uma pseudo-sensação de que éramos adultos. Claro que era um sentimento nosso, pois posso lembrar claramente que a vigilância e as exigências eram as mesmas anteriormente apresentadas. Durante os dois anos seguintes, pois estudei no Arquidiocesano até o 2º ano científico, experimentei e vivenciei momentos inesquecíveis. Relembro também de como os conteúdos se tornaram difíceis e as notas, em alguns momentos, foram muito baixas. Recordo-me, inclusive, da insatisfação do meu pai diante de alguns boletins escolares, afinal de contas, como bom professor que era, sempre foi muito exigente com seus filhos.

Quanto à forma que o aluno do Colégio Arquidiocesano deveria se comportar, lembro-me de dois acontecimentos marcantes durante minha trajetória como aluna. O primeiro foi quando, na 6ª série, antes de iniciar a aula de português, disciplina que era ministrada pela exigente professora Marlene Chagas, algum colega soltou um artefato conhecido como “cordãozinho cheiroso”, este instrumento possui um odor insuportável. Fomos, todos, obrigados a ficar dentro da sala, com portas e janelas fechadas, sem nenhum tipo de ventilação, como punição pela atitude indisciplinada e infantil de algum membro da turma. Muitos dos alunos presentes passaram mal devido ao odor forte, mas mesmo assim fomos obrigados a ficar ali até que o responsável se pronunciasse ou fosse entregue pela turma. Caso isso não acontecesse, todos os alunos seriam advertidos por escrito e só adentrariam na escola no dia seguinte, mediante assinatura do responsável na advertência. Lembro-me que o responsável pelo ocorrido

não foi descoberto e todos nós fomos punidos, mas mesmo assim nos sentimos vitoriosos, pois o colega que realizou tal estripulia foi preservado pela turma.

A outra atitude que me garantiu a segunda advertência escrita durante todo o período em que estudei na escola, foi quando, na 7ª série, uma colega levou para a sala de aula, um batom que tinha uma embalagem verde e que depois que passasse na boca não sairia por 12h. Achei aquilo incrível e resolvi testar aquela inovação, assim como as demais colegas presentes. Passei o batom na boca e, não satisfeita, fui conferir se realmente a propaganda de não soltar a cor era real, resolvi, num ato impensado, dar um beijo na porta da minha sala de aula. Lembro-me que ainda era muito cedo, pois costumava chegar à escola por volta das 6h15min, quando observei a marca da minha boca na porta da sala e vi que a propaganda era enganosa. No mesmo momento que estava tentando apagar os indícios do beijo no lugar indevido, observei a presença de D. Zélia, assessora do Padre Carvalho, figura representativa para o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, que neste período era o braço direito do Padre. Ela observou a porta com uma marca de boca de cor bem rosada, havendo ali quatro colegas além de mim, todas com os lábios rosa da cor do batom que, desnecessariamente, tentamos esconder. Lembro-me perfeitamente da única pergunta proferida por ela ao grupo: “Qual de vocês teve a capacidade de beijar a porta da sala? Ou melhor, quem de vocês está tão desesperada que agora beija paredes e portas?”. Um enorme silêncio surgiu diante das tão animadas alunas, que a pouco se deliciavam com o tal batom rosa. Vendo que não poderia colocar as minhas colegas em apuros, até porque “Deus já sabia quem tinha feito aquilo”, assumi o erro e fui suspensa por um dia, para que em casa os meus pais pudessem tomar providências mais contundentes.

Recordo-me também do horário de saída da escola, momento aguardado com expectativa. Às 11h40min a música de saída era acionada, então arrumávamos os nossos pertences e queríamos atingir o lado de fora dos muros o mais rapidamente possível. Sempre buscávamos atrasar a nossa volta para casa, ficávamos na porta do colégio, jogando conversa fora, jogando pedras para derrubar cajaranas, pois na entrada da escola existia um pé vistoso e sempre muito carregado com a fruta, e paquerando os meninos do “Colégio Nossa Senhora Menina”, que funcionava na Rua de Boquim. Eles se deslocavam até a portaria de saída do “Arquidiocesano” para que pudessem flertar com as alunas e nós os achávamos o máximo, pois tinham comportamentos diferenciados dos alunos que estudavam no “Arquidiocesano”, eram mais soltos e

traquinos, e esses comportamentos nos deixavam enfeitiçadas, assim como enciumavam os nossos colegas de escola.

As diferenças de comportamento, que não se traduzem apenas ao anunciado no parágrafo anterior, bem como a outros aspectos, a exemplo de comportamentos comedidos e dos rituais da Igreja, não estão, por certo, atribuídas única e exclusivamente ao fato de ser um colégio confessional católico, pois o “Colégio Nossa Senhora Menina” também o era. Assim sendo, caberiam as seguintes perguntas: - Seria o Padre José Carvalho de Sousa o responsável por exigir um comportamento diferenciado para seus alunos? - Como compreender a cultura escolar ali constituída, sem considerá-lo um mentor intelectual? - Como entender as práticas escolares ali desenvolvidas, sem tê-lo por perto para moldar os comportamentos? - Como entender os preceitos religiosos católicos da escola, sem o seu principal representante? - Enfim, como entender a criatura sem o seu criador?

A estrutura educacional do “Colégio Arquidiocesano”, assim como a presença do diretor Padre Carvalho, com sua postura diretiva, tem um papel muito mais aprofundado do que somente ser uma condutora do saber, pois o seu perfil educacional é estruturante para todos os atores que nela estão inseridos. Assim, as normas, procedimentos e práticas despertaram em mim o interesse pelo estudo desta instituição, apesar de já existirem alguns estudos exploratórios sobre a mesma. Acredito que existe um elo muito forte entre o “Colégio Arquidiocesano” e a minha história pessoal, pois primeiro meu pai foi professor de Latim no período do “Seminário Episcopal”, instituição que antecedeu a formação do colégio, e segundo, eu e meus cinco irmãos somos egressos do “Colégio Arquidiocesano”.

Agora, mais que nunca, não consigo desvincular a formação e a consolidação do “Colégio Arquidiocesano” como instituição de ensino religioso representativa para Sergipe, ao longo dos seus 53 anos de fundação, da contribuição do seu fundador e diretor, o Padre José Carvalho de Sousa. E, ao buscá-lo em minhas reminiscências, recordo do Padre Carvalho como um homem de figura forte, com postura inexorável, atributos físicos marcantes, vestimenta impecável, de atos discretos e com um timbre de voz inalterado. Quando sua aluna, não conseguia perceber, em momento algum, a perda do seu equilíbrio emocional. Era carinhoso, mas comedido. Seu carinho resumia-se em um afago na cabeça e um “pegão no nariz”, nada mais. Ele mantinha equilíbrio nos seus comportamentos e suas decisões eram irrevogáveis, mas sábias. Possuía uma voz ritmada, com grande poder de convencimento na sua oratória.

Quando interpelava algum aluno para repreendê-lo, sempre o fazia com discrição. Era um diretor cuja simples presença intimidava os demais. Seus comportamentos trazem-me grandes recordações do meu pai, que assim como o Padre Carvalho, teve sua formação cidadã e religiosa no berço de seminários.

Penso que a formação sacerdotal desenvolvida nos seminários, desde a sua estrutura física, as normatizações ali constituídas, até os comportamentos exigidos aos seminaristas, através de conceitos e preceitos impostos pelos padres regentes, são estruturas e condutas determinantes para essa formação sólida, que transfere aos comportamentos dos padres uma imagem divinal, e é nesta linha que continuo a caracterização do Padre Carvalho, isso porque:

[...] o uso de história de vida, pelo menos em projetos relacionados à educação, não pode se limitar a uma história em si. Precisa estar articulado a um projeto maior de reapropriação, em que questões relacionadas ao contexto estejam conectadas (FISCHER, 2004, p. 154).

Órfão de mãe ainda muito cedo, José Carvalho de Sousa ficou sob os cuidados do avô, o Cel. Zacarias Souza, e resolveu ser sacerdote ao invés de fazendeiro (função que dava notoriedade na cidade nas décadas de 1940 e 1950). Logo fora para o Seminário, sob a orientação do Padre João Marinho, onde se destacou sem demora, indo estudar Filosofia na Paraíba, na Universidade Católica de Pernambuco e no Seminário Maior de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, considerado, à época, uma das melhores instituições na formação de sacerdotes do Brasil. Tendo, ainda, uma passagem pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rei- MG, onde recebeu o Diploma de Administração Escolar, outra vocação latente que lhe serviria de base para mais tarde implantar o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”.

Foi nesta linha de formação religiosa que o Padre Carvalho constituiu sua postura pessoal/profissional, marcada pela profícua retórica. Certamente recebeu influências de seu Mestre espiritual, o Padre Frederico Loufer, do qual herdou ainda o interesse pelos estudos bíblicos. Não tardou para que seus méritos – perseverança, tenacidade, disciplina e organização – fossem reconhecidos. Ao longo de 50 anos de Sacerdócio, Monsenhor Carvalho ocupou e aceitou honrosas, como também desafiantes, missões sacerdotais. Ordenado presbítero por Dom Fernando Gomes, na matriz de

Lagarto, foi logo nomeado Vice-Reitor e depois Reitor do “Seminário Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”.

Mesmo tendo uma grande ascensão dentro do clero, sua história sacerdotal se confunde com a do “Colégio Arquidiocesano”. Pelos idos de 1957, quando assumia a reitoria do “Seminário Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, o Padre Carvalho enfrentou o desafio de zelar pela parte espiritual, pedagógica e financeira da referida instituição. Em 1959, com o intuito de aumentar a receita do Seminário, criou, em um dos prédios da igreja, localizado na Praça Camerino, o ¹“Educandário/Universidade Pequeno Príncipe”. Um ano depois, em 1960, já transferido para o prédio que sediava o Seminário à Rua Dom José Thomaz, que na época estava com poucas vocações sacerdotais, o Educandário foi reconfigurado e passa a ser o “Ginásio Diocesano Sagrado Coração de Jesus”, de acordo com Ato Oficial nº. 44, de 07 de dezembro de 1959 e registrado no MEC sob o nº. 3125, autorizando o seu funcionamento.

O “Arquidiocesano”, como passou a ser denominado, se transformou numa das mais respeitadas instituições religiosas de ensino particular do Estado de Sergipe, sendo responsável por formar uma parte da elite sergipana, se propondo “[...] a embutir valores éticos, religiosos e morais” aos que se dispunham a estudar no referido Colégio. O diretor permaneceu no cargo por 52 anos dedicados à educação e à formação de jovens sergipanos. No ano de 2012 a Igreja Católica decide afastar o Monsenhor Carvalho, alegando idade avançada para o seu cargo. O seu afastamento da direção do Colégio gerou insatisfação na sociedade aracajuana e, principalmente, no meio estudantil, que promoveu passeata reivindicando a permanência do seu criador, como atesta a seguinte matéria jornalística:

Os pais de alunos do Colégio Arquidiocesano organizaram uma passeata com o objetivo de sensibilizar a Arquidiocese pela permanência do Monsenhor Carvalho na direção do Colégio. O anúncio do afastamento da direção do Colégio na última sexta-feira, 25 [maio], causou revolta e protesto dos alunos, ex-alunos e pais. Os estudantes percorrerão do Colégio Arquidiocesano à cúpula da Arquidiocese na rua Olímpio Campos, Centro de Aracaju. A passeata foi organizada pelos pais através das redes sociais. ‘Tenho dois filhos que estudam aqui no Colégio, além disso, sou ex-aluna e também convivi com o Monsenhor. Fiquei indignada com a sua saída, por isso vamos fazer o que for possível para que ele possa ficar na direção’, [...]. Os pais ainda ressaltam que a mobilização não tem a

¹ Sobre o nome do Educandário, há duas nomenclaturas: Educandário Pequeno Príncipe e Universidade do Saber Pequeno Príncipe.

participação do Colégio nem do Monsenhor, a ideia partiu dos pais e alunos (J. de Oliveira *apud* INFONET.COM.BR, 2012).

As reivindicações de alunos, pais e outros setores da sociedade contra a saída do Monsenhor José Carvalho de Souza do cargo de diretor do “Colégio Arquidiocesano”, fizeram com que o diretor geral e Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Dom José Palmeira Lessa, voltasse atrás na decisão e deixasse-o no cargo temporariamente. Contudo, fez uma reestruturação na administração do Colégio, extinguindo a direção geral e instituindo duas diretorias, a administrativa e a pedagógica, que foi oferecida ao Monsenhor Carvalho, porém ele agradeceu o cargo “[...] alegando entender que após 52 anos de trabalho como Diretor Executivo, já teria cumprido seu dever [...]” (*apud* OLIVEIRA, 2012, *ON-LINE*).

Na longa história do prédio que sedia o “Arquidiocesano”, desde a formação do seminário até a incorporação do colégio, é possível destacar a importância gerencial do Padre Carvalho, que foi reitor do Seminário por cerca de 20 anos e fundador e diretor do “Educandário/Colégio Arquidiocesano”. Sua postura de educador, assim como os valores morais promovidos na instituição de ensino com características religiosas, não o impediram de ter uma visão progressista rompendo com paradigmas vigentes até então na educação: a exemplo da abertura do seminário para a modalidade de semi-internato; de transformar o Colégio em uma escola mista; além de ter possibilitado um avanço na área esportiva com a construção do parque poliesportivo para o desenvolvimento de práticas esportivas. Salienta-se que nesse quesito o “Colégio Arquidiocesano” é um dos mais destacados do Estado, fato evidenciado, por exemplo, com a formação da ginasta Larissa Barata, que fez parte do grupo de ginastas brasileiros na Olimpíada de Atenas, em 2004.



Imagem 01– Matéria em Semanário esportivo acerca do CASCJ no esporte, com destaque para a ginasta Larissa Barata. 11. Abr. de 2004.

Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

Talvez o meu saudosismo, percebido na descrição sobre o Padre Carvalho, não seja uníssono aos outros alunos, mas por certo é uma das mais fieis representações. Tal representação tem afinidade com o que diz Abrahão (2004, p.211) sobre a memória, tendo em vista que “[...] o ressignificar os fatos narrados nos indica que, ao trabalharmos com memória, fazemo-lo conscientes de que tentamos capturar o fato sabendo-o reconstruído por uma memória seletiva, intencional ou não [...]”. Assim sendo, como dissociá-lo da história da sua principal criação, o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, que no ano de 2012 completou seus 52 anos de exercício dedicado à educação, sendo uma instituição de ensino que oferece hoje uma formação educacional que inicia na educação infantil e perdura até a conclusão do ensino médio, além de ter como principal objetivo proporcionar as condições necessárias para que seus alunos sejam “homens e mulheres capazes, dignos e fieis seguidores de Jesus Cristo”, como salienta o próprio Padre Carvalho (2011).

A estrutura do “Colégio Arquidiocesano”, desde o início de sua criação, tem sido sustentada por uma série de eventos caracterizadores de sua política educacional,

tais como padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços docentes, além de seguir a legislação educacional estabelecida, tudo numa convivência harmônica, estando, inclusive, condizente com o pensamento de Sanfelice (2007) ao afirmar que:

Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação, moral, ideológica, etc.) que agem e interagem entre si, ‘acomoda-se’ dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE, 2007, p.77).

As múltiplas determinações, portanto, caracterizam a cultura escolar do “Colégio Arquidiocesano”, por isso a tomamos como categoria de análise que, segundo os teóricos, contribui decisivamente para o entendimento das instituições escolares, o que tem sido corroborado por vários pesquisadores da temática, inclusive sergipanos. Assim, partiu-se de início da afirmação de Fernandes ao fazer a apresentação do livro de Justino Pereira Magalhães, quando assegura que:

[...] a escola aparece como um conjunto de práticas, exercitadas por sujeitos qualificados em espaços e tempos qualificados, dispendo de materialidades propiciadoras da apropriação/desapropriação de saberes, crenças e atitudes, ou seja, da **cultura escolar**, a qual, como pretende Chervel, é constituída pela história do currículo e das disciplinas, ou seja, do modo de organização do saber em ordem a torná-lo ensinável (FERNANDES, 2004, p.13, grifo nosso).

Na visão do próprio Magalhães:

A história das instituições educativas constituiu um domínio do conhecimento em que se tem operado uma profunda alteração metodológica, uma vez que há uma narrativa de natureza cronística e memorialista, que informa as representações e os relatos orais dos atores se procura contrapor uma base de informação arquivísticas, sob uma heurística e uma hermenêutica complexa, problematizantes e centradas na instituição educativa como totalidade em organização e desenvolvimento. Uma história construída(s) da(s) memórias(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projeto pedagógico. (MAGALHÃES, 1999, p.61).

Assim sendo, apesar das várias concepções, tomei o conceito dado por Dominique Julia (2001) ao afirmar que a cultura escolar é:

[...] um conjunto de *normas* que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem que se leve em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em ação dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores (JULIA, 2001, p. 15).

A citação explicita a importância do corpo docente no ambiente educacional, no sentido de que o mesmo tenha a responsabilidade contributiva no cumprimento das normas para o funcionamento interno das escolas e das práticas educativas no cotidiano, tornando-os concretos e, por isso, essenciais ao desenvolvimento pleno dos educandos.

Dominique Julia (2001) indica os caminhos que o pesquisador da cultura escolar deve seguir, procurando dissecar uma gama de fontes que podem ser encontradas dentro do próprio ambiente escolar, em seus arquivos, pois neles constam todas as normas, projetos e práticas escolares, dentre outros. Saliento que a busca deve levar a uma interrelação entre a cultura escolar, particular, com as culturas vigentes, em cada período estudado, na sociedade. Nesse sentido, observo que a abertura para o estudo da cultura escolar foi proporcionada pelo leque investigativo voltado para a educação, que até então não era o seu foco, pois os aspectos internos da instituição educacional, como um todo, passaram a ser objeto de estudo – as práticas educativas no cotidiano, a observância ao desenvolvimento do currículo (em busca de melhorias qualitativas), a construção dos saberes, a administração das instituições, a distribuição e a organização de alunos e professores.

Saliento que o avanço em temáticas diferenciadas no âmbito educacional surgiu com as novas tendências para o estudo e a historiografia da História, tendo como referência a Escola dos Annales, que de acordo com Burke (1991) foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX, criado por Lucien Febvre e Marc Bloch, cuja proposta era possibilitar uma nova visão para a

História, com novas temáticas, inclusive se aproximando de outras ciências sociais, como a sociologia, por exemplo, denominando-a de História Cultural.

Ao entender a relevância da cultura escolar desenvolvida nas instituições educacionais, e a do “Colégio Arquidiocesano” em particular, busquei, nas referências bibliográficas, elementos reforçadores para a concretização dos meus objetivos, respaldando, portanto, a escolha da temática, objeto do estudo. Freitas (2005, p. 73) aponta estudos que comprovam o crescimento de temas e enfoques no âmbito da produção historiográfica educacional no Nordeste. “A consolidação dos grupos e bases de pesquisas em diversas universidades da região vem contribuindo, [...], para o avanço das pesquisas e o aprofundamento das temáticas pesquisadas na região”. É neste mesmo viés que a Historiografia da Educação em Sergipe vem crescendo constantemente em decorrência de vários trabalhos desenvolvidos pelos grupos de pesquisas, pelos cursos de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior de Sergipe.

A educação é uma prática social, e como tal, obedece às exigências do contexto histórico no qual está inserida. Ela é, portanto, “[...] o resultado da consciência viva duma norma que rege uma comunidade humana, quer se trate da família, duma classe ou duma profissão, quer se trate dum agregado mais vasto, como um grupo étnico ou um Estado” (BRANDÃO, 1995, p. 74-75). É, pois, o sistema institucionalizado de ensino o responsável por incorporar o programa de pensamento e de ação de uma determinada sociedade, sendo encarregado pela difusão da cultura. Deste modo, “[...] os esquemas que organizam o pensamento de uma época somente se tornam inteiramente compreensíveis se forem referidos ao sistema escolar, o único capaz de consagrá-los e constituí-los, pelo exercício, como hábitos de pensamentos comuns a toda uma geração” (BOURDIEU, 2005, p. 208).

Dentro do sistema e do espaço escolar, são inúmeros os objetos de estudo que proporcionam ao pesquisador da História da Educação um leque de abordagens e que precisam ser analisados. Entretanto, como já apontado, isso só foi possível devido à influência, no campo da escrita da educação, da concepção historiográfica da História Cultural, que permitiu uma revisão no conceito de documento, promovendo uma verdadeira ampliação dos objetos e das fontes de pesquisa.

Dentro desse universo de pesquisa, estão inseridos os estudos sobre intelectuais e instituições educacionais que, assim como em qualquer lugar, muito contribuem para o seu campo educacional. A abordagem sobre o tema tem crescido, entretanto, muito ainda tem que ser analisado, sendo fundamental se debruçar sobre a

temática a fim de contribuir para a compreensão do papel das instituições escolares na educação. Não podemos levar em conta somente a pesquisa sobre os alunos, professores, dentre outros atores que fazem parte desta constituição, mas também vincular “[...] às condições materiais e financeiras, aos meios e acessos, e, sobretudo, aos produtos materiais e simbólicos (residuais e de seguimento), enfim, ao processo, em sentido integrado” (MAGALHÃES, 2004, p. 114).

A estrutura educacional tem um papel muito mais aprofundado do que somente ser uma condutora do saber, pois o seu perfil educacional é estruturante para todos os atores que nela estão inseridos, conforme podemos observar em Magalhães (2004), para quem:

A escola apresenta-se como lugar e instância legitimada para a instrução e a formação, definindo-se a cultura escolar como representação e base de uma intelecção da realidade e de uma preparação e mobilização nos planos produtivo, cognitivo, cívico e de humanidade” (MAGALHÃES, 2004, p.122).

Reforço o argumento de que as instituições de ensino não são estruturas frias, cristalizadas e sem nenhum envolvimento com os seus personagens e seus contextos sociais. Nesse sentido, Magalhães (2004) observa que:

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p.124).

Tal observação, mesmo quando se refere a uma instituição de ensino de cunho religioso, com métodos tradicionalmente aceitos, que vem atravessando cinco décadas como uma instituição consolidada e respaldada na formação educacional, moral, ética e religiosa para o Estado de Sergipe, também deve ser considerada levando em conta os atores sociais envolvidos no processo educacional.

Por tudo isso descrito anteriormente, trilhar pelo caminho das instituições educativas católicas fez com que eu me debruçasse nos estudos que tivessem tal temática como objeto. Tais leituras se revelaram importantes, pois nortearam descobertas significativas sobre sua criação e seu funcionamento, para além da

formação ministrada nas instituições escolares. A temática de constituição dos núcleos escolares, enquanto instituição, possibilitou uma visão mais vasta sobre o assunto, usufruindo de riqueza de detalhes, a exemplo da criação, da formação e do funcionamento das diferentes instituições de ensino, e somente através destas análises foi que pude ampliar a minha visão sobre o objeto deste estudo, que se refere à interligação constituída entre ***O PADRE JOSÉ CARVALHO DE SOUSA E O COLÉGIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: uma história indissociável da educação.***

Seguindo esta linha de pesquisa, trago como exemplo o trabalho da professora Eva Maria Siqueira Alves, que resultou no livro “Atheneu Sergipense: traços de uma história”. Nesse trabalho, fruto da sua tese de doutorado, a pesquisadora focalizou esta casa de educação a partir dos Planos de Estudos, evidenciando suas finalidades e destacando elementos como: as cadeiras ministradas, a demarcação temporal, os compêndios adotados, as orientações metodológicas propostas e o sistema de avaliação. Para a autora “o Atheneu Sergipense formou aos poucos a sua alma, adquiriu relevância na vida sergipana, foi um catalisador das produções culturais, de novas práticas e padrões pedagógicos no Estado de Sergipe [...]” (ALVES, 2005, p. 199).

Ampliando o foco, Alves (2005) refere-se à constituição e estruturação de uma alma educacional, afirmando ser o “Atheneu” uma instituição de muitas referências metodológicas. Segundo ela, uma das referências são as produções artísticas e culturais, que foram muito bem estimuladas pelos seus formadores educacionais, constituindo-se momentos de extrema significância para os alunos. Foi através da arte que muitos dos discentes puderam vivenciar e internalizar grandes títulos da literatura brasileira e mundial, o que possibilitou um conhecimento mais lúdico e prático, saindo um pouco do ensino tradicional e navegando por novas metodologias de aprendizagem. No tocante aos comportamentos, a pesquisadora deixa claro que estes se constituíam como parte da proposta educacional a ser aplicada e desenvolvida por essa instituição educacional pública.

O “Colégio Atheneu Pedro II”, de Sergipe, tornou-se o embrião dos meus estudos acerca das instituições educativas, pois foi a partir desta instituição de ensino que busquei me debruçar sobre a temática, quando ousei construir o artigo “Atheneu Pedro II: uma representatividade em Sergipe”, que teve por objetivo analisar a constituição e desenvolvimento do curso complementar do “Atheneu Pedro II”,

implantado no ano de 1937. Tal curso proporcionou instrução secundária destinada a preparar jovens sergipanos para ingressar nos cursos superiores. Destinava-se também à formação de indivíduos para atuarem em várias funções da sociedade e os habilitava para atuação no magistério primário. Também é sabido que desde o século XIX o “Atheneu” constituiu-se o berço da intelectualidade sergipana, pois ser catedrático dele “[...] representava a inserção no circuito intelectual sergipano. Era um dos mecanismos de acesso ao campo intelectual, no qual se efetivava imediatamente a legitimação do *status* de intelectual” (ALVES, 2005, p. 79).

Quando observo a ligação entre o campo intelectual e a conquista do *status* intelectual através da educação, percebo o quanto o processo educacional amplia os leques de conquista para os que a buscam. Trago como referência, neste sentido, Nogueira & Nogueira, quando os mesmos, a partir dos estudos de Bourdieu, afirmam que “O capital simbólico diz respeito ao prestígio ou à boa reputação que um indivíduo possui num campo específico ou na sociedade em geral. Esse conceito se refere, em outras palavras, ao modo como um indivíduo é percebido pelos outros” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p.51).

Na busca pela contribuição educacional do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” para a educação em Sergipe, tentei entender como o seu criador era percebido pelos outros. Isso porque, como já sinalizado, a história do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” é indissociável da história do Padre Carvalho, e entender como ele foi/é percebido revela não somente o seu capital simbólico, mas o fruto que dele descende, ou seja, a educação viabilizada pelo “Colégio Arquidiocesano”. Neste sentido, elegi como objeto de análise a vida e a obra do Padre José Carvalho de Sousa. Em outras palavras, a trajetória de vida do referido Padre e, dentro dela, a criação do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. No tocante ao marco temporal não houve uma preocupação com a delimitação precisa, pois os objetivos o delimita.

Com tal objeto, o objetivo determinado foi compreender a constituição identitária do referido colégio como fruto da ação do Padre Carvalho. Para tanto, foi necessário: entender o contexto educacional do qual o colégio descende; analisar a trajetória do Padre Carvalho e, dentro dela, os indícios do que o tornaram um empreendedor da educação; e, por último, interpretar a cultura e as práticas educativas desenvolvidas no “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”.

Para tanto, usufruí da pesquisa bibliográfica, revisando autores voltados para a História Cultural e aqueles que se dedicam à busca de novas metodologias para o estudo (auto)biográfico, que fundamentaram o estudo e a pesquisa documental realizadas no acervo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, no “Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” (IHGS) e no “Arquivo Público do Estado de Sergipe” (APES). A metodologia da História Oral, através da entrevista, foi empregada para o levantamento biográfico do Padre José Carvalho de Sousa e das representações que dele e do colégio se fazem.

A estrutura da dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo “O Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus como fruto de reformas educativas e da iniciativa particular” demonstra um panorama acerca do ensino no século XX no Brasil e em Sergipe, particularmente em Aracaju. Nele teço considerações sobre a responsabilidade do Estado e a iniciativa particular voltada para a educação. O segundo capítulo “José Carvalho De Sousa – de pretense fazendeiro a audacioso Padre Educador” retrata a trajetória de vida do Padre José Carvalho de Souza, focando aspectos que vão desde a infância à criação do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. O capítulo terceiro “Entre memórias e práticas escolares: o Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração De Jesus” contempla a criação, organização e cultura escolar do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. Por último, as considerações finais, onde analiso e interpreto a indissociável história do Padre e do Colégio.

Capítulo I

O “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” como fruto de reformas educativas e da iniciativa particular

A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação dos históricos anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Esta identidade implica ainda, para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede de instituições congêneres e pelo sistema educativo. (MAGALHÃES, 2004, p. 147)

1.1 Entre reformas públicas e a iniciativa particular

A Escola é a instituição que, dentro do sistema educacional, vem desempenhando a função de transmitir de modo formal e sistemático o patrimônio cultural de uma sociedade. É, portanto, um subsistema dentro do sistema educacional geral, mas não é a única forma de transmissão da cultura, levando-se em conta que é precedida, acompanhada e até viabilizada por processos paralelos, divergentes ou convergentes de educação não formal ou espontânea, atuante em toda a sociedade. A escola institucionalizada abrange, no desempenho de sua função, uma estrutura própria caracterizada por normas, papéis definidos, pessoal especializado, locais e equipamentos, para além de um corpo docente, um corpo discente e o cotidiano composto por uma cultura escolar que tem nos atores da escola os seus condutores (JULIA, 2004).

O Brasil, em termos institucionais, desde o começo da sua história educacional, teve a Escola como espaço para poucos, sendo que esta situação começou a mudar após a Proclamação da República, e, a partir dela, o processo de ampliação da oferta da escolaridade obrigatória para as crianças foi sendo cada vez mais expandido, culminando na Lei n.5.692/71, e com a inclusão de todos a partir da Constituição da República Federativa do Brasil/1988. Isso porque o Brasil, durante os três primeiros séculos de colonização portuguesa, caracterizou-se por ter uma educação subordinada aos jesuítas, cuja preocupação fundamental estava voltada para a cristianização. Não havia, de fato, uma preocupação, em termos de função social e/ou intelectual, com a educação. A historiografia revela que aspectos econômicos, outrossim, fizeram com que as relações entre a Igreja e o governo português fossem rompidas em 1759, fazendo com que o Marquês de Pombal expulsasse os jesuítas de Portugal e de suas Colônias, assumindo a educação e estabelecendo o sistema de aulas régias. Durante o Império e até o seu final, a educação no país teve como característica a descentralização, fato que só veio a ser modificado a partir da República.

1.2 A Educação brasileira no início do século XX

A sociedade brasileira, mesmo com o advento da Proclamação da República e com as transformações surgidas até o final da década de 1920, estava estruturada em

um sistema econômico, político e sociocultural calcado nos moldes europeus, aqui instalados desde o descobrimento do país. Por isso, talvez a organização do ensino mostre que a educação atendia apenas as elites da sociedade brasileira. A política deste período inicial da República apresentava como característica a aliança estabelecida entre Minas Gerais e São Paulo, que ficou conhecida como política do café com leite, que objetivava a permanência dos aliados no poder (NUNES, 2008).

Com a República o país passou por uma série de transformações advindas do processo de urbanização crescente, o aumento populacional e, como consequência, os centros urbanos, com alguns melhoramentos que foram, gradativamente, sendo introduzidos. De acordo com Nunes (2008) as transformações foram também geradas pelo crescimento da classe média, de indústrias, bancos, transportes e comunicações. No entanto, o setor educacional não acompanhou o desenvolvimento recém-adquirido, pois a educação continuava arcaica, livresca, satisfazendo tão somente as demandas das elites que também detinham o poder político.

Numa visão marxista, pode-se afirmar que a elite priorizava o estudo nos colégios particulares, sendo que, segundo Nunes (2008):

O ensino secundário era visto apenas como meio para que os filhos da aristocracia latifundiária ascendessem às escolas superiores. [...] ao Estado cabia a formação primária fundamental e o ensino secundário e superior era visto como formador das elites (NUNES, 2008, p.18).

Para acesso ao ensino superior, a necessidade de fazer curso secundário era priorizada, com exceção dos Seminários religiosos, que não o exigiam, pois ofereciam formação integral que pressupunha os três níveis de ensino.

1.3 Situação do ensino secundário a partir da Lei N. 4.244 de 1942

Em 1931, Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde, propõe a Reforma do Ensino Secundário, ampliando o monopólio estatal do acesso ao ensino superior. Informa Barcellos²:

²BARCELLOS, Jorge. **As políticas educacionais no Brasil**: apontamentos para sua história. Disponível em: <<http://302284.vilabol.uol.com.br/histpol.html>> Acesso em: 12.02.2012

Tratava-se da política de ‘equiparação’, política de oficialização de escolas públicas e privadas que exigia a equivalência de todos os cursos com o Colégio Pedro II. Foi o primeiro referencial normativo para o setor da educação secundária, levando as últimas consequências a normatividade que já vinha se realizando ao longo da república (BARCELLOS, 2012).

A reforma empreendida também privilegiou o ensino profissional, a formação específica de magistério e criou novas áreas do conhecimento para o nível superior, embora o foco fosse o desenvolvimento da educação secundária.

Ele [Francisco Campos] estabelece a implementação definitiva do sistema seriado, o estabelecimento da política de equiparação das escolas e a criação de um sistema federal de regulamentação, fiscalização e orientação pedagógica das escolas equiparadas (BARCELLOS, 2012).

A partir do reformador o país passa a interferir diretamente no processo pedagógico realizado para o ensino secundário nos estabelecimentos de ensino público e privado, provocando uma homogeneização dos currículos.

Segundo o preâmbulo das “políticas educacionais” elaboradas por Francisco Campos, surge, no país, um movimento denominado “os pioneiros da educação nova”, com a finalidade de promover uma característica progressista à política educacional brasileira. Assim, a partir dele deram-se as reformas empreendidas por Anísio Teixeira, no Distrito Federal, e a elaboração do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que propunha uma renovação da escola. De acordo com Brandão (1999):

Os Pioneiros estavam propondo sim, a renovação da escola; mas estavam também inaugurando o campo educacional enquanto área de saber específico e campo de legitimidade política do debate a respeito do papel da educação na construção do Brasil moderno (BRANDÃO, 1999 *apud* NUNES, 2008, p.19).

O “Manifesto dos Pioneiros” foi uma tentativa de eliminar a fragmentação provocada por outras reformas já realizadas. Pretendia-se que o Estado assumisse a Educação, como o quis posteriormente, favorecendo todos os cidadãos, baseando-se em princípios básicos de “laicidade, da gratuidade, da obrigatoriedade e da coeducação” (BRANDÃO *apud* NUNES, 2008, p.19). Pretendia-se, portanto, a efetivação de uma escola de qualidade, guiada pelos princípios de igualdade e acesso a todos os indivíduos.

O Manifesto também defendia um ideal humano, solidário, cooperativo, baseado em atividades criativas para produção do convencimento. Defendia também o respeito à individualidade humana e que o indivíduo tivesse direito à educação pública por excelência. Foi nesse processo, e como consequência dele, que em 18 de abril de 1931, o Decreto 19.890 dispôs sobre a organização do ensino secundário, e ao final de junho do mesmo ano, o Decreto 20.158 alicerçou e organizou o ensino comercial. A reforma de Francisco Campos tutelou, deste modo, o ensino nacional. Os críticos, contudo, argumentam que a preocupação maior estava com o ensino primário e o ensino superior, devido, principalmente, à criação das Universidades de São Paulo (1934) e do Rio de Janeiro (1937).

A historiografia da educação brasileira revela que o surgimento de instituições públicas voltadas para o ensino secundário, desde o século XIX, veio a favorecer também a proliferação de instituições educativas particulares. Assim, em 9 de abril de 1942 foi assinado o Decreto-Lei de n. 4.244, que instituía a Lei Orgânica do Ensino Secundário no país. O Decreto-Lei contempla 8 (oito) Títulos que abordam o que deve ser toda a estrutura do ensino secundário para o território nacional. Assim, os seus títulos são:

- Das Bases de Organização do Ensino Secundário;
- Da Estrutura do Ensino Secundário;
- Do Ensino Secundário Feminino;
- Da Vida Escolar;
- Da Organização Escolar;
- Das Medidas Auxiliares;
- Dos Estudos Secundários dos Maiores de Dezenove Anos; e,
- Das Disposições Finais.

Contemplam o Decreto-Lei, em seu Título, 96 artigos, que estabelecem os ditames a serem seguidos. Os artigos que são de interesse deste estudo, pois serão utilizados nas reflexões sobre o Colégio objeto da pesquisa, estão referenciados a seguir. São respectivamente os que estão inseridos no Título I, capítulo I, Art. 1º “Das Finalidades do Ensino Secundário”, capítulo II, Arts. 2º, 3º e 4º “Nos Ciclos e nos Cursos”; Título II “Da Estrutura do Ensino Secundário” nos capítulos I e II, Arts. 10 a 17; e do Título V “Da Organização Escolar”, capítulos I e II, Arts. 69, 70, 71 e 72.

Em relação às finalidades do Decreto-Lei, o Art. 1º estabelece que o ensino secundário teria as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial.

Os Arts 2º, 3º e 4º estabelecem como deve ser ministrado o ensino secundário nos Ciclos e nos Cursos:

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências.

As finalidades, portanto, do Decreto-Lei de n. 4.244/1942, voltadas para o curso ginásial, tinham uma preocupação com a formação da personalidade e consciência patriótica dos adolescentes por um lado e, por outro, preparar as bases intelectuais dos mesmos a fim de que tivessem a estrutura essencial para o prosseguimento dos estudos no ciclo seguinte. No segundo ciclo o decreto voltava-se para a formação nas humanidades, no curso clássico, e formação para as ciências, no denominado curso

científico. A ideia era aliar os estudos humanísticos, tradicionais no país, com os científicos, avançando na modernidade.

Sobre a estrutura do ensino secundário, os artigos 10 a 17 determinam as disciplinas do curso ginásial, do clássico e do científico, com as suas respectivas seriações:

Quadro 1 – Estrutura do curso ginásial

DISCIPLINAS	SÉRIES			
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
Português	x	xx		
Latim	x	xx		
Francês	x	xx		
Inglês		x		x
Matemática	x	xx		
Ciências naturais	x	x		
História geral				x
História do Brasil	x			
Geografia geral				
Geografia do Brasil				x
Trabalhos manuais	x	x		
Desenho	x	x		
Canto orfeônico	x	xxx		

FONTE: Decreto-Lei de n.4.244/1942.

Quadro 2 – Estrutura do curso clássico

DISCIPLINAS	SÉRIES		
	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Português	X	XX	
Latim	x	XX	
Grego	x	XX	
Francês ou Inglês	x	x	
Espanhol	x	x	
Matemática	x	XX	
Física		x	x
Química		x	x
Biologia			x
História geral	x	x	
História do Brasil			x
Geografia geral	x	XX	
Geografia do Brasil			x
Filosofia			

FONTE: Decreto-Lei de n.4.244/1942..

Quadro 3 – Estrutura do curso científico

DISCIPLINAS	SÉRIES		
	1 ^a	2 ^a	3 ^a
Português	X	XX	
Francês	x	x	
Inglês	x	x	
Espanhol	x		
Matemática	x	XX	
Física	x	XX	
Química	x	XX	
Biologia		x	x

História geral	x	x	
História do Brasil			x
Geografia geral	x	x	
Geografia do Brasil			x
Filosofia		x	x
Desenho			

FONTE: Decreto-Lei de n.4.244/1942..

O Decreto-Lei ressalva ainda, em seus artigos 16 e 17, que:

Art. 16. É permitida a realização do curso clássico, sem o estudo do grego. Os alunos que optarem por essa forma de currículo serão obrigados ao estudo, na primeira e na segunda série, das duas línguas vivas estrangeiras do curso ginasial.

Art. 17. As disciplinas comuns aos cursos clássico e científico serão ensinadas de acordo com um mesmo programa, salvo a matemática, a física, a química e a biologia, cujos programas terão maior amplitude no curso científico do que no curso clássico, e a filosofia, que terá neste mais amplo programa do que naquele.

O Título V, denominado “Da Organização Escolar”, tratada nos capítulos I e II, Arts. 69, 70, 71 e 72, aborda sobre como devem ser “O Ensino Oficial e o Ensino Livre”, como também traça como devem funcionar os “Estabelecimentos de Ensino Secundário Federais, Equiparados e Reconhecidos”:

Art. 69. O ensino secundário será ministrado pelos poderes públicos, e é livre à iniciativa particular.

Art. 70. As pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimento de ensino secundário, são consideradas como no desempenho de função de caráter público. Cabem-lhes em matéria educativa os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público.

Art. 71. Além dos estabelecimentos de ensino secundário federais, mantidos sob a responsabilidade direta da União, haverá no país duas outras modalidades de estabelecimentos de ensino secundário: os equiparados e os reconhecidos.

§ 1º Estabelecimentos de ensino secundário equiparados serão os mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.

§ 2º Estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos serão os mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal.

Art. 72. Conceder-se-á a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação, aos estabelecimentos de ensino secundário cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento.

Parágrafo único. A equiparação ou o reconhecimento será suspenso ou cassado sempre que o estabelecimento de ensino secundário, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurar as condições de eficiência indispensáveis.

Percebe-se que a estrutura do ensino secundário, através de uma análise sobre o Decreto-Lei e as ponderações aqui colocadas, reflete as influências, como não poderia deixar de ser, da realidade nacional, principalmente a política iniciada a partir de 1930. O período que se estendeu até 1945 teve características ideológicas autoritaristas do Estado, com a implantação do chamado Estado Novo, quando predominou sobre todos os segmentos da sociedade, contribuindo para imprimir suas influências nas manifestações políticas, econômicas, sociais e culturais. O sistema educacional não fugiu à regra, mas conseguiu avançar mediante a edição de reformas que intentavam a implantação consequente de um ensino secundário para a nação. Assim, Dantas (2004, p.105) comunga com o abordado, quando afirma que: “Na área do ensino, a tendência ‘renovadora’, que vinha ocorrendo antes de 1930, prosperou”. Neste sentido, entende-se a assunção do Estado, embora autoritária, no que se refere às responsabilidades

sobre a organização e a gestão do sistema educacional brasileiro [...] Essa tendência foi consagrada pela Constituição de 1934 que atribuiu à ‘União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional e de fixar o plano nacional de educação (cap.I, art.5º) (DANTAS, 2004, p.106).

Foi neste contexto que o Decreto-Lei surgiu, com um caráter enciclopédista, demonstrado no número de disciplinas ministradas nos cursos ginasial, científico e clássico. Salienta-se ainda que a amplitude não ficava apenas nas disciplinas, mas também em relação à vida escolar como um todo, que abrangia o ensino feminino, o ensino militar, a educação física (obrigatória até os vinte e um anos

de idade) e o ensino religioso (atendendo anseios da Igreja Católica, que inclusive passou a se responsabilizar pelos conteúdos programáticos que passaram a ser ministrados).

Nesse contexto, o Decreto-Lei contribuiu para que a iniciativa privada, autorizada a funcionar na qualidade de “estabelecimento reconhecido”, baseado na política de equivalência, tivesse uma expansão na educação, a partir deste período. Os “estabelecimentos privados reconhecidos” vieram, no momento, cobrir uma lacuna existente, pois a política de expansão da rede pública de ensino médio era insuficiente e a sociedade carecia de estabelecimentos educacionais.

A autorização dada para a iniciativa privada foi defendida por aqueles que também desejavam uma participação no bojo dos recursos possibilitados pelo Estado, com equivalência e reconhecimento, o que fez não somente contribuir para a fundação e aumento de instituições particulares, como também proporcionou o surgimento de uma projeção do que, no futuro, seriam os atuais empresários do ensino.

1.4 Ensino em Sergipe – O Estado e a iniciativa particular

Após a proclamação da República a situação educacional no então Estado de Sergipe era difícil, pois predominavam os chamados cursos Preparatórios, para dar suporte aos cursos superiores que permaneciam elitistas. Segundo Oliveira (1998), no tocante ao ensino primário, o Estado de Sergipe foi omissos no quesito educação pública, tendo em vista que “O texto constitucional, promulgado em 18 de maio de 1892, apenas refere-se à educação na Seção IV, art. 83 parágrafo 6, ao estabelecer que o ensino primário será livre e gratuito” (OLIVEIRA, 1998, p.50-1), deixando evidente a fragilidade em relação ao seu funcionamento. Observa-se também o não atendimento ao princípio da obrigatoriedade. Os avanços neste sentido foram sendo galgados a partir da Legislação Educacional, cujas sucessivas reformas empreendidas durante a primeira República, e intensificadas a partir de 1930, de acordo com Oliveira (1998), buscavam acentuar a ênfase no princípio da obrigatoriedade.

As escolas secundárias em Sergipe que funcionavam no interior desapareceram, como as de Laranjeiras e Estância (NUNES, 2008), sendo transferidas para Aracaju. O ensino secundário tornou-se privilégio da capital, mas não tinha grandes preocupações, a não ser como ponte para que os estudantes tivessem acesso ao

ensino superior, pois as disciplinas que eram ministradas eram as mesmas dos cursos Preparatórios.

A situação na educação sergipana dentro das características apontadas, nos níveis primário, secundário e o curso normal, permaneceu com poucas alterações durante as duas primeiras décadas da República (NUNES, 2008). Mas a problemática foi se agravando à medida que as escolas públicas primárias foram crescendo sem um planejamento adequado, visto que as mesmas não tinham estrutura adequada para o impulso educacional que se almejava.

Neste período, primeira década do século XX, as escolas particulares, que também eram internatos, começam a surgir em Sergipe, tais como: o “Grêmio Escolar”, o “Colégio Tobias Barreto”, o “Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora”, o “Colégio Senhora Sant’Anna”, o “Colégio Nossa Senhora de Lourdes”, dentre outros (NUNES, 2008, p.215).

Entretanto, um novo cenário surge com a Reforma Rivadávia (1911), com uma proposta para um ensino livre, sem a intervenção do Estado. Foi instituído um novo adendo à educação, com a inclusão do exame de admissão, posteriormente denominado vestibular, para o acesso às Faculdades. O governador sergipano do período, José Rodrigues da Costa Dória, procurou reorganizar o ensino sergipano com um novo Regulamento, que estabelecia alguns avanços, como “[...] o ensino público gratuito e igual para ambos os sexos, organizar o ensino primário em escolas isoladas e em grupos escolares” (NUNES, 2008, p.223); o curso normal foi ampliado em sua duração, passando para quatro anos, aumentando, portanto, também o número de disciplinas.

O ensino particular nos dois níveis – primário e secundário – crescia, e por isso passava a prestar contas, por determinação legal, de suas atividades à Diretoria da Instrução, devendo, inclusive, ter condições físicas, materiais e humanas para que fosse autorizado o seu funcionamento. Observa-se que enquanto as escolas públicas sentiam uma decadência numérica em termos de ensino secundário, as particulares cresciam, inclusive no número de alunos matriculados.

Devido a não efetivação consequente da educação, com a Reforma Rivadávia, uma nova proposta surgiu com o Ministro Carlos Maximiliano, que passou a oficializar novamente o ensino, fazendo reformas no currículo, mas não apresentou, de fato, inovações. Sergipe procurou mais uma vez readaptar-se aos novos ditames. Nesse

sentido o ensino secundário foi reestruturado, passando o Estado a ter quatro cursos: Normal, Ginásial, Integral e Comercial.

Nunes (2008) caracteriza a nova estruturação do ensino secundário em Sergipe:

O Normal, para homens, abrangia os quatros primeiros anos do Curso Ginásio, excluindo o estudo do latim e alemão, substituindo pela cadeira de pedagogia, Educação Moral e Cívica, Higiene e História, especialmente da parte que interessasse ao Brasil. O Ginásial procurava seguir o currículo do colégio Pedro II [...]. O Integral, desdobramento do curso Ginásial, com o acréscimo da 6ª série. [...]. Poderia o Curso Integral ser considerado um precursor dos cursos profissionalizantes do 2º grau criados pela Lei n.5.692, de 11 de agosto de 1971. O Curso Comercial, ‘para os que se destinarem aos diferentes ramos de negócio’ (NUNES, 2008, p.236).

Saliento que segundo Freitas (2002):

Nas primeiras décadas da República, apesar dos discursos liberais difundidos pelo Estado, o sistema educacional é permeado por alterações pouco significativas, uma vez que a grande parte da população não é atendida, nem mesmo nas escolas públicas, e os índices de analfabetismo são alarmantes. Altera-se, aos poucos, o significado que as instituições escolares passam a ter diante das contradições e ambiguidades entre os valores do avanço do capitalismo e do início da modernização social e econômica e os valores mais tradicionais, vinculados à sociedade aristocrática, oligárquica e patriarcal (FREITAS, 2002, p.51).

Infere-se, portanto, que os resultados da Reforma não foram positivos, pois apenas o curso Ginásial funcionava satisfatoriamente, fracassando os demais níveis, principalmente o curso Normal para o sexo masculino e o curso Comercial. Nunes (2008) salienta que contraditoriamente a economia do Estado crescia e a capital estava se desenvolvendo em quase todos os aspectos, menos no educacional, que não acompanhou as mudanças estruturais que ocorriam no Estado.

Ainda de acordo com Freitas (2002):

A urbanização, assim como a implantação das indústrias têxteis e de grandes empresas comerciais, principalmente na capital, contribuiu para o fortalecimento – das camadas médias no Estado. Aos poucos, a conjuntura nacional, como a inflação crescente, o sistema eleitoral precário e permeável à fraudes, as tentativas de se sobrepor às

oligarquias instituídas – tanto em nível estadual como nacional –, começaram a permear de insatisfação a imprensa sergipana. [...] O crescimento da população de Aracaju na primeira República, além das questões econômicas e comerciais, como a instalação de duas grandes indústrias têxteis – a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial – pode ser explicada pela grande migração do interior para a capital, entre outros fatores [...] (FREITAS, 2002, p.51-2).

Ao final da primeira década do século XX a situação educacional não era o que propunha as reformas, pois segundo a pesquisadora Nunes (2008, p.243), o “[...] ensino secundário continuava livresco, ornamental, mera passagem para os cursos superiores, só o concluindo no Atheneu os que não dispunham de recursos para seguir os estudos em outros Estados”. Observa, ainda, “[...] que essa situação fez com que as Escolas Militares e os Seminários se fortalecessem – eram estes últimos que os jovens do interior de condição socioeconômica não favorável frequentavam” (NUNES, 2008, p.243).

A partir de 1930, com a denominada Nova República, o papel do Estado foi ampliado, segundo Dantas (2004):

[...] essa interferência crescente foi se contrapondo à institucionalização da ordem democrática. O presidente Vargas violentou o sistema representativo e, sobretudo a partir de 1937, instaurou regime autoritário marcado pela coerção. Durante esse tempo os problemas do Nordeste ganharam mais identidade como unidade regional (DANTAS, 2004, p. 116).

Com a Revolução de 1930 a educação brasileira passa por uma série de transformações frente às diversas Reformas no âmbito da educação, durante a década. O Estado passa a ser responsabilizar pela organização e a gestão do sistema educacional brasileiro, embora aos Estados facultasse a organização e manutenção de seus sistemas educacionais, resguardando as diretrizes primordiais estabelecidas pela União.

Em Sergipe a situação não foi diferente, pois mudanças significativas nos campos político, econômico, social e cultural ocorreram, tendo em vista que “[...] os governantes prosseguiram na modernização dos serviços públicos e demonstravam maior preocupação com o social” (DANTAS, 2004, p. 116).

De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário em Sergipe, como decorrência do Decreto-Lei n. 4.244, de abril de 1942, teve destaque, no período, o

colégio particular “Jackson de Figueiredo”, que foi o responsável pela formação da elite masculina e que atendia aos ditames do Decreto, pois:

[...] objetivava a formar a personalidade do adolescente, ou mais precisamente à formação da consciência patriótica, já que se ‘destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades dentro da sociedade e da nação. (TOBIAS, 1986 *apud* BERGER, [s.d.], p. 119).

Berger ([s.d.], p.119), informa ainda, que: “Diante das condições precárias de funcionamento da escolas públicas e do número reduzido destas, muitas famílias pertencentes à classe alta e média priorizavam as instituições mantidas por entidades religiosas ou da iniciativa particular [...]”. Ou seja, a Reforma Capanema, estabelecida pelo Decreto Lei n. 4.244, de abril de 1942, proporcionou um aumento considerável de estabelecimentos de ensino secundário, mas a maioria não era mantida pelo poder público.

Apesar da capital do Estado de Sergipe, no período, atrair estudantes do interior, a cidade ressentia-se de modernização em todos os níveis – quantitativos e qualitativos –, principalmente no que se referia ao nível dos professores e às técnicas didático-pedagógicas. Salienta-se que apesar da emergência das instituições de ensino particulares, a cidade necessitava de ações do poder público.

[...] dentre as escolas particulares de ensino secundário ginásial funcionando nesse período podemos destacar o Colégio Salesiano, o Arquidiocesano, o Tobias Barreto, o Jackson de Figueiredo e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, dentre outros (GRAÇA, 2002; LEITE, 2003, *apud* NUNES, 2008, p. 25).

Vale ressaltar ainda que essas escolas eram todas particulares. Nota-se, contudo, que de acordo com Nunes (2008) as escolas secundárias não dispunham de professores com formação superior, o que comprometia a qualidade do ensino secundário em Sergipe, e nem atendiam a demanda.

É neste contexto, no qual a situação da educação era difícil no tocante ao número de vagas, que era preciso ser ampliado, como também na problemática que envolvia o professor em termos de formação, que emergia a necessidade de escolas

secundárias viabilizadoras do atendimento aos anseios e desejos, principalmente das classes alta e média, no que se refere à formação educacional de seus filhos.

Foi como resultado de toda esta trajetória da educação e desta pressuposta preferência pelos estabelecimentos religiosos que o recém ordenado Padre José Carvalho de Souza, valendo-se da estrutura do “Seminário Sagrado Coração de Jesus” e do apoio do bispo Dom José Vicente Távora, criou o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, que em um ano de funcionamento conseguiu oferecer o curso Ginásial, e em 2 anos passou a ofertar o ensino secundário. O “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, em seus 53 anos, tendo o Padre Carvalho na sua direção por 52 anos, não pode ter a sua história dissociada deste que foi o seu idealizador, criador, mediador e engajador, mesmo porque a história de uma Instituição Educacional passa, necessariamente, pelos atores envolvidos na sua criação e funcionamento.

Capítulo II

José Carvalho de Sousa

– de pretense fazendeiro a audacioso padre educador

[...] nas narrativas pessoais, as memorialistas revisitam espaços perdidos, recordam histórias e acontecimentos. (...) Através da utilização da citação, da reprodução de fotografias e documentos, da repetição de fatos, festividades e acontecimentos da tradição brasileira, da exposição da realidade individual e coletiva, da preocupação em construir um testemunho verossímil e fiel à verdade vivida e dos saberes-de-cor foi possível ler textos que retomam o passado e dão provas de sua presença pelos esforços em materializar os vestígios do tempo, da infância à velhice (LACERDA, 2000, p.103).

A biografia consiste na escrita da trajetória ímpar de um ser único, na qual a identidade é refletida por intermédio dos atos e palavras. De acordo com Carinore ao abordar a biografia de educadores:

Trata-se do que se poderia denominar sua instrumentalidade educativa. Não se biografa em vão. Biografa-se com finalidades precisas: exaltar, criticar, demolir, descobrir, renegar, apologizar, reabilitar, santificar, dessacralizar. Tais finalidades e intenções fazem com que retratar vidas, experiências singulares, trajetórias individuais transforme-se, intencionalmente ou não, numa pedagogia do exemplo. A força educativa de um relato biográfico é inegável (CARINORE, 1999, p. 154).

Ao buscar fazer uma compilação da trajetória da vida do Padre Carvalho, associando-a ao “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, procurei seguir procedimentos metodológicos que permitissem captar a essência de sua trajetória, uma vez que uma história está indissociavelmente atrelada à outra. Por isso percebi que ela pode ser captada mediante a perspectiva da História Cultural, que possibilita a consecução de aspectos diversificados do objeto do estudo, principalmente no que se refere aos sentidos e concepções apropriadas pelos homens.

Na ótica apresentada por Chartier (1990, p.17) a História Cultural “[...] tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e dada a ler”. A afirmação é respaldada pela escola dos Annales, cuja origem remonta aos anos de 1927, com a publicação, na França, da revista *Annales d’histoire économique et sociale*, cujos representantes privilegiavam, dentre outros aspectos, a história do cotidiano de pessoas comuns.

É por este motivo que a História contemporânea não tem tentado desvendar leis que são externas ao homem, que são determinantes e que não podem ser controladas. É mais pertinente para o conhecimento histórico pensar em pressões exercidas pelos próprios homens e mulheres, pressões essas determinadas, mas não determinantes dos seus comportamentos e ações em sociedade. Assim sendo, fica fácil compreender o que diz parte de uma poesia de Ferreira Gullar:

[...] a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos

prostíbulos, **nos colégios** [grifo nosso], nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta as pessoas e as coisas que não têm voz (FERREIRA GULLAR *apud* SANTOS, 2010, p. 13).

Infere-se que a perspectiva cultural passa a valorizar então as experiências individuais e coletivas revividas através da memória, pois essa se “[...] apóia na construção de referenciais de diferentes grupos sociais sobre o passado e o presente, respaldados nas tradições e ligados a mudanças culturais” (FREITAS; BRAGA, 2006, p. 01).

Ainda, como consequência da utilização da memória pelos pesquisados, fiz uso da metodologia da História Oral. Essa metodologia pode e deve ser utilizada principalmente quando está centrada nos processos de rememoração. Para Montenegro (2010), em sua obra “História Oral e Memória: a cultura popular revisitada”, o gênero narrativo aparece estruturado em eixos: a autobiografia, a narrativa e o testemunho individual.

Seguindo a mesma lógica, Alberti assevera que “[...] o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência” (ALBERTI, 2004, p. 18). Assim, a técnica da História Oral está estruturada e exige um procedimento verbal, regra geral com a utilização de questionamentos pré-estabelecidos e utilizados numa entrevista entre pesquisador e pesquisado, através da qual o primeiro deve apreender

[...] os significados atribuídos pelos sujeitos a eventos, personagens, intenções, ideias, enfim, cada entrevistado é considerado sujeito cultural que tem sua interpretação sobre o tema perguntado. Quanto mais diversificadas forem as opiniões, maior a possibilidade de observar a complexidade [...] do objeto de estudo (SANTOS, 2010, p.32).

Com a metodologia da História Oral, o pesquisador procura reconstituir, através dos sujeitos envolvidos, um período ou evento acontecido. Na história de vida, o pesquisador está interessado na trajetória de vida dos entrevistados, com o objetivo de associá-la a situações presentes, em contextos sociais amplos, não sendo simples

biografia, mas análise acurada do contexto, das relações, das ações e impressões sobre os indivíduos de uma dada época.

A partir do entendimento dos procedimentos metodológicos a serem utilizados, elaborei, *a priori*, um roteiro para as entrevistas (ver apêndice A) com o próprio Padre e alguns dos seus contemporâneos. Colocando o roteiro em prática, foi possível a compreensão da trajetória do Padre Carvalho que desemboca na criação e direção do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, bem como a cultura escolar ali desenvolvida.

Assim procedendo, iniciamos relatando sobre o seu nascimento, que foi marcado por uma perda representativa, quando sua mãe, Maria Carvalho de Sousa, morreu 20 minutos após o parto de José Carvalho de Sousa. O pequeno órfão ficou aos cuidados da avó materna, Joana Rosa do Amor Divino, e do seu marido, o Coronel Zacarias da Silva Júnior, pessoa que responderia pelo seu cuidado e formação. A vida do pequeno José foi como a de qualquer criança da sua idade criada em cidade de interior.

2.1 E o menino quis ser padre

José Carvalho de Sousa nasceu no dia 24 de novembro de 1926, em Lagarto, município que se constituiu sob as bênçãos da Padroeira Nossa Senhora da Piedade. Iniciou seus estudos básicos na escola de “Dona Maria Teles” e o abandonou com 13/14 anos, decidindo não mais estudar, pois neste momento os estudos lhe atraíam pouco (SOUSA, 2011), haja vista o que realmente lhe fascinava era o cuidado com a terra e com os animais na fazenda de seu avô, Cel. Zacarias, pois ainda segundo o monsenhor Carvalho (2011), “[...] parei de estudar com 13/14 anos e me dediquei aos trabalhos manuais na fazenda, onde passava a semana, e no final de semana vinha para Lagarto”. Foi a partir desta convivência com o campo que o então jovem José Carvalho de Sousa, resolveu enveredar pela vida rural, na criação de gado, tendo pretensões futuras de se tornar dono da sua própria terra, tornando-se um fazendeiro, profissão que até o momento representa notoriedade no Estado, em especial na cidade de Lagarto. Tocar sua vida como qualquer cidadão lagartense que optasse por tal profissão era sua pretensão, mas concomitantemente a este direcionamento, o jovem José Carvalho tinha uma formação familiar religiosa bastante solidificada. Ele, por exemplo, nos idos de 1940, era coroinha da paróquia de Lagarto, gostava de ouvir os sermões em Latim dos

padres e, segundo o próprio, sempre foi um menino admirado pelos padres da paróquia, sobretudo pela sua participação e comprometimento para com as tarefas pessoais e religiosas (SOUSA, 2011). A essa época, entretanto, a vocação para ser padre ainda não tinha sido despertada.

Foi no emaranhado de atividades bem distintas no campo e na Igreja que se dirigia a vida do então jovem José. Em uma de suas obrigações da vida no campo, ele conheceu, em uma venda de ferreiro onde levava o material da fazenda para o conserto, dois adventistas (religiosos que, dentre outras características, guardam o sábado ao invés do domingo). Os jovens, segundo ele, ficavam criticando a Igreja Católica e os seus dogmas. Observou o Padre, durante a entrevista, que apesar da tolerância religiosa e da convivência pacífica entre os diversos credos no Brasil, os adeptos das inúmeras Igrejas Evangélicas existentes costumam criticar os católicos, pois, somente eles, de fato, “preservam o amor a Jesus ou Jeová”. Mas, como ele mesmo declara, já tinha princípios religiosos apreendidos durante os sermões pregados pelos padres da paróquia que frequentava desde criança e, portanto, não poderia admitir tais heresias. Ainda segundo o Padre, partiu desses adventistas uma pergunta que trouxe à tona o que estava adormecido. “Eles me perguntaram se eu já havia lido a Bíblia e eu disse que não, aí eles falaram que foi por isso que eu acreditava na Igreja Católica, pois ela deixou de pregar a língua de Deus para pregar a língua dos homens” (SOUSA, 2011). Segundo ele, diante daquela afirmação algo mudou na vida daquele jovem comum da cidade de Lagarto, pois ele resolveu então comprar o Novo Testamento para que pudesse se “[...] respaldar e combater as diversas investidas por parte dos adventistas”(SOUSA, 2011), ou seja, a de destruir a imagem da Igreja Católica.

Vale ressaltar que desde a proclamação da República e o conseqüente processo de laicização, que a Igreja já vinha, em detrimento do regime regalista, investindo na rigorosa formação de seus quadros a fim de primar pela sua imagem que desde o Brasil Colônia já estava sendo desgastada, ora pelos protestantes, ora pelos espíritas, ora pelos cientificistas positivistas (BARRETO, 2004).

Saliento que segundo o Padre Carvalho,

[...] em Lagarto existiu um frei chamado Elizeu Vieira, por meados de 1943, cujo período foi marcado por ser muito religioso, principalmente com os seus sermões maravilhosos e assistidos por muitos. [...] Estes laços com a Igreja aproximaram ainda mais o jovem coroinha com a Igreja (SOUSA, 2013).

Assim foi que, para fazer frente ao que falaram os adventistas, de posse do Novo Testamento, utilizou-o para comparar o que tinha aprendido sobre religião ao longo da sua história escolar e pessoal com os novos conhecimentos, e foi através desta atitude que ampliou o seu apego à Igreja e a todos os preceitos por ela pregados. Com o respaldo bíblico, retornou com mais determinação às suas obrigações como cristão, voltando a participar das missas e a ser membro ativo da Igreja Católica, pois, anteriormente à compra do Novo Testamento, o jovem José passou um período afastado de suas obrigações religiosas, frequentando somente as missas aos domingos, mas não mais com suas obrigações como coroinha e nem auxiliando o padre da sua paróquia, pois naquele momento procurava dar prioridade aos afazeres da fazenda de seu avô.

Fora dia 8 de setembro de 1945, na hora do jantar, quando tomou uma decisão que modificaria toda sua história de vida. A família tinha intenção de presentear-lo com uma fazenda, pois já era um pequeno criador de animais, possuindo “36 cabeças de gado” (SOUSA, 2011), e seu tio o interpelou: “Eu pedi a preferência da fazenda pra você e você não disse se quer ou não comprá-la. Então se decida, porque venderá para outra pessoa”. Então José disse: “Se meu avô, Zacarias da Silva Junior, em vez de me dar a fazenda, quiser custear a despesa no seminário, prefiro ir para lá”. Esta notícia, segundo ele, caiu de forma intempestiva na família. Seu avô foi o único com quem pôde contar, ao contrário da avó, em quem ele não encontrou apoio, pois ela dizia que ele “nunca gostara de estudar e nunca havia perseverado com nada” (SOUSA, 2011).

Ser padre era aquilo que ele realmente queria e prometeu à sua avó e ao seu avô, que iriam custear a sua permanência e o seu enxoval do seminário, que iria estudar e prosperar. Assim, seu avô aprovou a sua ida para o seminário e, segundo José, “a notícia caiu como uma bomba na cidade, visto que ele tinha fama de namorado”. Neto de fazendeiro, um menino novo como outro qualquer abandonar tudo que tinha e ingressar no seminário aos 19 anos era realmente uma atitude inesperada, mas nenhuma das opiniões contrárias fez com que o futuro seminarista desistisse do que considerava o caminho a percorrer. E assim, no dia 20 de fevereiro de 1946, foi encaminhado ao “Seminário Diocesano de Aracaju”, pelo pároco de Lagarto, Mons. João de Souza Marinho, e lá iniciou uma vida de estudo e dedicação a Deus, desempenhando com responsabilidade os seus estudos de formação escolar e sacerdotal. Vale ressaltar que o seminarista José não havia concluído o primário e tinha como uma de suas metas

concluí-lo. Foi então que se empenhou nos estudos, ao ponto de atingir o nível dos outros em um só semestre, terminando o seminário menor em cinco anos.



Imagem 02 – Prédio do “Seminário Sagrado Coração de Jesus”. Aracaju/Se. S/d. Autoria não identificada.

Fonte: Arquivo particular do Mons. José Carvalho de Souza.

A essa época o “Seminário Sagrado Coração de Jesus” tinha como Reitor o Monsenhor Olívio Teixeira (SOUSA, 2011). Devido ao seu destaque entre os demais alunos do seminário, o seminarista José, sempre buscou, segundo ele, ser um aluno muito empenhado, participativo e comprometido para atingir suas metas, almejando cada vez mais uma formação sólida e respaldada nos princípios da Igreja Católica (SOUSA, 2011). E foi através desta trajetória consolidada, que trilhou ao longo da sua formação no seminário, que chegou a ser convidado para concluir a sua formação sacerdotal em Roma, visto que em Sergipe os cursos de Filosofia e Teologia que compunham o Seminário Maior, haviam sido fechados em 1933 (BARRETO, 2004). Mas devido à idade avançada da avó materna, que já possuía uma saúde bastante debilitada, o jovem seminarista tinha receio de ir para tão longe e não conseguir mais ver a avó, pessoa tão importante na sua vida, responsável por sua criação na ausência da mãe e a quem devia a aquiescência para ser padre.

Diante da situação em que estava inserido, o seminarista preferiu ficar no Brasil e concluir os estudos no seu país. Foi com este propósito que ele fez o curso de Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco e em dois anos o concluiu. Logo

depois, o bispo lhe escreveu dizendo da sua vontade de que fizesse o curso de Teologia em um seminário, e o indicou para o Rio Grande do Sul, para que pudesse estudar no Seminário Maior de São Leopoldo, instituição muito renomada e almejada como sonho de formação de muitos seminaristas. Isso porque o corpo docente do seminário era considerado sólido e de qualidade, bem como, de estrutura física admirável, o que fazia desse local um destaque entre os seminários existentes no país, inclusive com fama além fronteiras. Segundo o Padre Carvalho, foi no Seminário Maior de São Leopoldo, local intitulado “[...] como grande divisor de águas” (SOUSA, 2011), pois através da sua permanência neste referido seminário solidificou a sua formação sacerdotal, que pôde conviver com Padres, Monsenhores e Bispos que representativamente deixaram marcas significativas na sua vida pessoal, assim como na vida sacerdotal.

2.2 E o padre tornou-se reitor do seminário e criou um educandário

A contribuição do Seminário de São Leopoldo na vida do Padre Carvalho é tão significativa que até hoje ele lembra uma frase de Xenofonte³, escrita no painel do Seminário, que possibilitou o seu despertar para sua inspiração pedagógica: “Se queres colher em curto prazo, semeia cereais; se queres colher em longo prazo, porém por muito tempo, planta árvores; se queres colher para sempre, educa o homem”. Assim, o jovem José Carvalho de Sousa, cumprindo todas as etapas formativas escolares e religiosas, foi ordenado padre no dia 25 de novembro de 1956. Rezou sua 1ª missa no dia 09 de dezembro de 1956, na sua cidade natal. Sete dias depois, dando início à sua carreira eclesiástica, mais precisamente no dia 2 de dezembro de 1956, foi designado pelo bispo Dom Fernando Gomes, 2º bispo de Aracaju, para ser professor do Seminário e um mês e 10 dias depois, já era seu Reitor⁴, bem como Capelão da Igreja Nossa Senhora Menina (SOUSA, 2011). Durante sua gestão, empreendeu a reforma do prédio do Seminário e incrementou o cultivo das vocações sacerdotais, pois fundou, em todas as paróquias e capelas do Estado de Sergipe, núcleos de vocações sacerdotais (SOUSA, 2006).

³ Historiador grego, que viveu por volta de 500 anos antes de Cristo.

⁴ No dia 12 de março de 1957, após a transferência do então reitor Monsenhor Esperidião Góes, Dom Fernando Gomes o nomeou seu reitor (LIVRO DE REGISTRO DO SEMINÁRIO, 1948).



Imagem 03 – Ordenação do Padre José Carvalho de Souza, 25 de novembro de 1956. Aracaju/Se. Autoria não identificada.

Fonte: Arquivo particular do Mons. José Carvalho de Souza.



Imagem 04 – Primeira Missa do Padre José Carvalho de Souza, 09 de dezembro de 1956. Lagarto/Se. Autoria não identificada.

Fonte: Arquivo particular do Mons. José Carvalho de Souza.

Segundo Padre Carvalho a grande dúvida era como um padre recém-ordenado poderia sustentar o Seminário, sendo um cargo de tanta responsabilidade e com tarefas árduas e bastante cansativas. O próprio Padre o questionou surpreso: “O Senhor tem certeza de que estou preparado para assumir este cargo tão importante para a Diocese, sendo eu tão jovem e recém-ordenado como padre?” (SOUSA, 2011). Naquele momento o Seminário passava por dificuldades financeiras, não havendo recursos por parte da Igreja para auxiliá-los, e isso dificultava a manutenção daquela casa de formação sacerdotal. Contudo, obteve como resposta que, enquanto aluno do Seminário, era o braço direito do reitor desta instituição, o então Monsenhor Esperidião Góes, e, devido ao seu bom desempenho na função designada, sempre atendeu às solicitações com responsabilidade.

No mesmo ano em que o Padre Carvalho foi nomeado como Reitor do Seminário de Aracaju, em 1957, o Bispo Dom Fernando Gomes foi transferido para a Arquidiocese de Goiânia, assumindo, em seu lugar, o novo Bispo, Dom José Vicente Távora. Paralelo a este momento tão conturbado de muitas modificações na equipe diretiva da Diocese, o Seminário apresentava uma realidade ruim no aspecto financeiro, como já mencionado. Diante desta realidade, o jovem reitor, agindo como um estrategista, teve a ideia de fundar um Educandário/Universidade, O “Pequeno Príncipe”, num pequeno prédio cedido e situado na Praça Camerino, nº. 181. O Educandário tinha como objetivo principal conseguir recursos financeiros, através do pagamento das mensalidades, dos alunos que ali se matriculassem (SOUSA, 2011). Com esta ótica, é que foi inaugurado, em 1959, o Educandário/Universidade “Pequeno Príncipe”, que começou a se destacar, conseguindo atingir o objetivo primeiro, que era de gerar recursos para atender ao Seminário.



Imagem 05 – Fachada da casa onde funcionou o “Educandário/Universidade Pequeno Príncipe” e os primeiros anos do Ginásio Diocesano Sagrado Coração de Jesus.

Fonte: Arquivo particular do Padre José Carvalho de Sousa

Diante desta experiência, que foi se concretizando ao longo dos meses de funcionamento do Educandário, surgiu no mês de dezembro de 1959, durante um Encontro de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário, realizado no SESC, a proposta de fundar um Ginásio em Aracaju. O Padre Carvalho foi um dos convidados deste encontro, e externou grande surpresa diante da proposta do Dr. Otílio Muniz Barreto de Aragão, inspetor Seccional do Ensino Secundário em Sergipe, de fundar um ginásio no mesmo prédio onde funcionava o “Seminário Diocesano de Aracaju”, uma vez que Aracaju já apresentava características de forte expansão urbana e também populacional e, conseqüentemente, também já sentia necessidade de mais escolas de ensino secundário.



Imagem 06 – Padre Carvalho com alunos do “Educandário/Universidade Pequeno Príncipe”. Aracaju/Se. Autoria não identificada.

Fonte: Arquivo particular do Mons. José Carvalho de Souza.

O Padre Carvalho, que estava se revelando um padre educador de postura empreendedora, após administrar a proposta, ficou empolgado com a sugestão, e não tardou em convidar o Dr. Otilio para que, ambos, fossem apresentar a ideia a Dom José Vicente Távora. Este, por sua vez, vendo a empolgação do Padre Carvalho, que lhe mostrou, dentre outros aspectos, a necessidade dos seminaristas serem formados com outros jovens, aceitou de imediato a ideia, dizendo-lhe que podia acolher a sugestão do Inspetor Seccional, pois a Igreja percebia que o Padre Carvalho, mesmo muito jovem, era um homem com visão progressista da área educacional e confiava na atuação do mesmo diante da direção das suas instituições educativas. Além de constatar que a cidade de Aracaju vinha modificando seu perfil interiorano e provinciano para uma cidade mais desenvolvida, com expansão urbana e também populacional e, conseqüentemente, também já sentia necessidade de mais escolas de ensino secundário. (SOUSA, 2011).

No entanto, o prédio do Seminário não tinha condições de servir como sede do ginásio, pois suas instalações eram precárias e não conjugavam o aspecto físico com a proposta inicial para a formação deste ginásio. Assim, pensando em qual poderia ser a solução de local para instalação do ginásio, o Padre Carvalho convidou o Inspetor para conhecer o prédio da Praça Camerino, 181, onde já funcionava o

“Educandário/Universidade Pequeno Príncipe”, alegando que ele poderia ser adaptado para abrigar o ginásio.

2.3 O educandário tornou-se colégio

Depois de conhecer o local, o Dr. Otílio concordou em conceder-lhe a autorização, a título precário, para o funcionamento do ginásio. Nesse mesmo ano já saíra o Ato Oficial nº. 44, de 07 de dezembro de 1959, registrado no MEC sob o nº. 3125, autorizando o funcionamento do “Ginásio Diocesano”. Mas, somente no dia 01 de março de 1960, a escola começou a funcionar. E foi sob a invocação do “Sagrado Coração de Jesus”, assim como o Seminário, que o “Ginásio Diocesano” iniciou suas atividades no prédio da Praça Camerino nº. 181, em Aracaju/SE, então sede do Educandário.

E assim, no dia 01 de março de 1960, com o desejo de “proporcionar à juventude sergipana uma formação integral”, o Padre Carvalho dava a Sergipe, para além dos ensinamentos religiosos, próprios da sua condição de padre, uma escola de educação infantil e um ginásio, que surgiu para atender a uma parcela da população estudantil sergipana, em especial de Aracaju, e para que os alunos, segundo ele, se “tornassem felizes, capazes e iluminados, e pudessem prosperar aqui e na eternidade”. Seu lema, enquanto educador, diz muito dos seus objetivos para formação dos alunos do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”: “Ser uma pessoa justa, com fé, que queira bem ao trabalho, tenha o suficiente para viver, seja solidário e atenda às necessidades dos outros: isso é o que tento passar para eles” (SOUSA, 2011).

Uma das preocupações do Padre Carvalho era, naquele momento, poder oferecer à sociedade sergipana uma instituição de educação que tivesse qualidade de ensino, estrutura física satisfatória para atender às necessidades e um quadro de professores competentes para desenvolver trabalho de formação dos alunos do “Ginásio Diocesano”. Em 1960, feitos os exames de admissão, a escola iniciou com o curso ginásial, sob o regime de externato para o sexo masculino, em turnos diurnos, mas vale ressaltar que o turno matutino pertencia ao Educandário, que seguia o horário das 7 até às 12h, e no turno vespertino, o horário de funcionamento do Ginásio era das 13 até às 17h, com exceção da sexta-feira quando funcionava até às 16h.

Em 05 de janeiro de 1963, já estruturado o “Ginásio Diocesano”, tendo a Diocese se transformado em Arquidiocese, o Ato Oficial n. 02 instituiu que ele passasse

a se denominar “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, oferecendo uma amplitude para todos os ciclos de ensino.

A trajetória do Padre Carvalho e a sua busca por promover avanços da educação em Aracaju, particularmente, ao tempo em que possibilitou os recursos para a manutenção do Seminário, demonstrou o grau de sua competência, aproveitando ao máximo as suas capacidades intelectivas, que o elevou não só à promoção da educação, mas da instituição educacional enquanto empresa. Reforçam a assertiva as propostas educacionais de Perrenoud (2012), na sua pedagogia das competências, quando demonstra que o ser humano a consegue, em seu desenvolvimento, a partir das relações estabelecidas pelo meio vivenciado. Sendo, portanto, as suas competências uma consequência lógica da sua condição de existência, a qual proporcionará os instrumentos para a resolução de entraves e dificuldades de diversas ordens, e dentre elas, fazendo surgir as competências para superá-las. Saliento que a pedagogia das competências de Perrenoud, embora voltada para educação infantil, em sua gênese, serviu para orientar indústrias e empresas em prol do crescimento e desenvolvimento. Observando por essa perspectiva, a teoria de Perrenoud respalda a competência de construção desenvolvida pelo Padre Carvalho ao iniciar suas ações frente ao “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, como atesta o release abaixo, divulgado nos jornais da época.

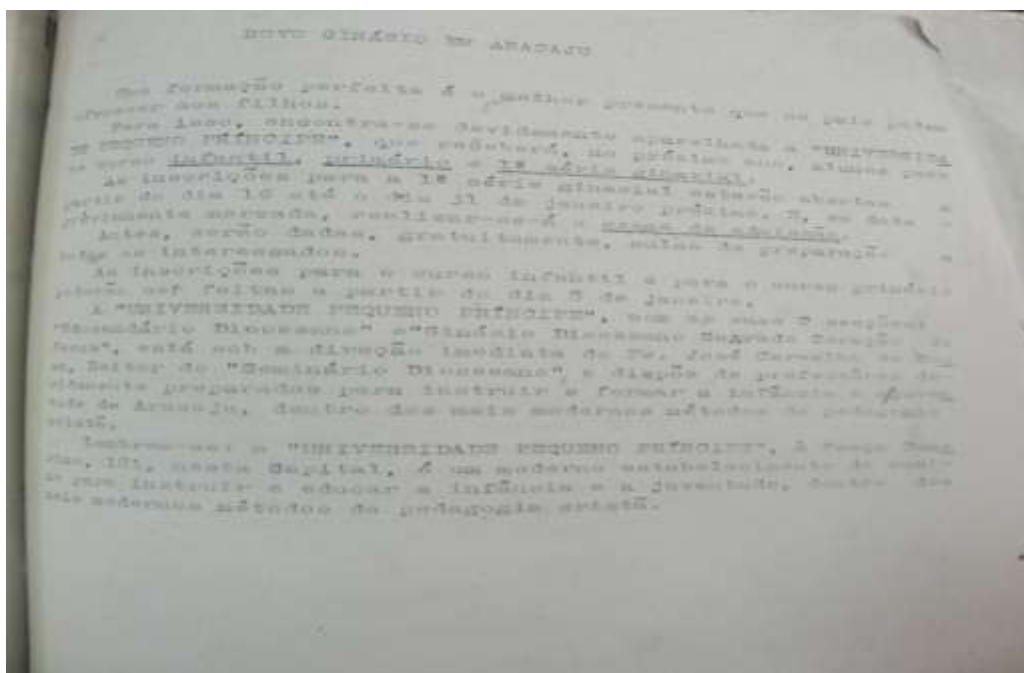


Imagem 07 – Comunicado encaminhado à sociedade sergipana e pais sobre a instalação do ginásio, assim como as séries que existiriam e informações sobre o exame admissional. Data : Dez. de 1959.

Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

O organograma da escola ficou assim definido: Diretoria (Padre Carvalho de Sousa) – Secretaria (Maria Joaquina de C. Leite) – Tesouraria (Manuel Francisco de Santana) – Auxiliares de Administração e Disciplina – Corpo Docente - Orientação Educacional, como se pode atestar na imagem abaixo:

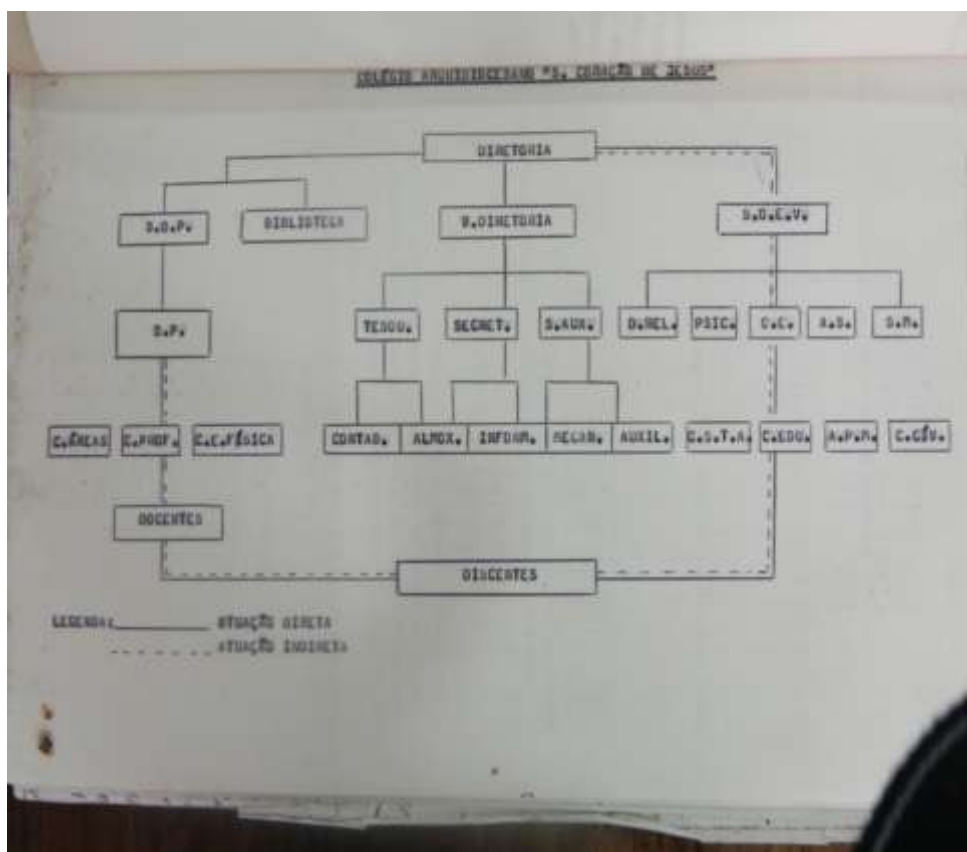


Imagem 08 – Organograma do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” descrito no livro de registro de 1960.

Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

Foi mergulhando nas entrelinhas do regimento da escola, que pude observar o papel de cada um da organização administrativa do colégio. O diretor, por exemplo, representado aqui na pessoa do Padre Carvalho, respondia pela administração geral da escola, tendo como obrigações presidir todas as atividades escolares; acompanhar o trabalho dos professores assim como a evolução dos alunos; cumprir e fazer cumprir as leis de ensino e as determinações legais das autoridades competentes; representar oficialmente o estabelecimento; entender os atos escolares que dizem respeito à administração, ao ensino e à disciplina do estabelecimento; nomear e dar posse a todo o pessoal pertencente ao estabelecimento; convocar reuniões do corpo docente e presidi-

las; fixar datas e horários para exames admissionais; assistir as aulas, atos dos exercícios escolares; aplicar penalidades disciplinares aos professores, funcionários e alunos do estabelecimento; dentre tantas outras atividades descritas no regimento interno do estabelecimento (REGIMENTO DO CASJ⁵, 1960).

A escola tinha, em 1960, a capacidade de matricular 119 alunos por turno, sendo esta distribuição feita em 04 salas, onde as mesmas tinham as seguintes dimensões: sala 01 – 23,25 m² e capacidade de comportar 23 alunos, sala 02 – 28,60 m² e capacidade de comportar 28 alunos, sala 03 – 42 m² e capacidade de comportar 42 alunos, sala 04 – 26 m² e capacidade de comportar 26 alunos. Era realmente um local privilegiado, como foi descrito na avaliação de que: “[...] o terreno era natural e plano, permeável, não suscetível de contaminações, com rápido escoamento de água” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, 1960). Existiam duas grandes varandas que ladeavam a casa, além de duas áreas livres: uma grande e revestida de grama e a outra do lado esquerdo do estabelecimento. Durante avaliação dos inspetores, para que houvesse liberação do prédio para funcionamento, um ponto significativo foi evidenciado, pois naquele momento não existia vizinhança, pregões ou casas de festas que pudessem desviar atenção dos alunos durante as aulas. As salas de aula eram satisfatórias, pois tinham boas condições de iluminação e ventilação, como também existia um longo corredor que possibilitava à equipe administrativa a fiscalização dos alunos, mantendo o bom funcionamento da escola. Mesmo sendo uma construção antiga, tinha estrutura sólida, de alvenaria e pedra revestida com massa de cimento, o piso era de madeira e as cores da parede eram creme claro. Além de todos os itens anteriormente citados a escola disponibilizava 02 lavatórios, 05 banheiros e 02 bebedouros de jato (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, 1960).

O Padre Carvalho sempre buscou constituir o prédio da sua escola com zelo e responsabilidade, pois sabia que a estrutura sólida poderia oferecer à sociedade sergipana uma escola diferenciada e com grandes perspectivas de crescimento. A estrutura do prédio, onde fora instalado o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, era diferenciada com relação às escolas da época. Além das 04 salas, disponibilizava de sala para Biblioteca, que possuía 500 volumes no seu acervo; sala para professores; sala para administração; sala para secretária; e sala para trabalhos manuais, totalizando 09 salas que compunham a estrutura física do prédio. Todas as

⁵ Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus

salas eram providas de quadro negro, fixos na parede e devidamente dispostos em relação à iluminação das salas. Em todas as salas da escola existiam mobílias de carteiras duplas e ajustáveis para os alunos, além de uma mesa para o professor. Mesmo sendo um local com uma estrutura satisfatória, foi pontuada a falta de: laboratórios para as disciplinas de Geografia e Ciências Naturais, sala de Línguas Vivas e um Auditório que pudesse reunir todo o alunado (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, 1960).

Os alunos que iriam estudar no “Ginásio Diocesano” eram obrigados a fazer exames admissionais, faziam-se provas escritas e orais das disciplinas Português, Aritmética, Geografia e História, como é possível observar abaixo.

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			MÉDIA
	Nota	Situação	Média	Nota	Situação	Média	Nota	Situação	Média	Nota	Situação	Média	
...	7	7	7	11	11	11	9			11	11	11	10,4
...	6	7	7	2	7	5	11			7			6,8
...	11	11	11	2	7	11	11			11			11,1
...	11	11	11	7	7	11	11			11			11,1
...	9	6	11	7	7	11	11			11			10,7
...	7	7	11	2	7	11	11			11			10,7
...	5	7	6	1	5	7	11			11			8,8
...	11	11	11	2	7	11	11			11			11,1
...	7	6	11	2	6	11	11			11			10,4
...	7	7	11	2	7	11	11			11			10,7
...	7	7	11	7	7	11	11			11			10,7
...	11	11	11	7	7	11	11			11			11,1
...	11	11	11	7	7	11	11			11			11,1

Imagem 9 – Lista de alunos que passaram pelos Exames Admissionais, em fevereiro de 1960.

Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

O corpo docente que compunha a escola, no decorrer dos anos do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, não passou por exames admissionais, porém eram professores que tinham nomes conhecidos em Aracaju, por já terem prática de ensino em outras escolas, a exemplo do “Atheneu”, que serviam como carta de apresentação e indicação para compor o quadro de professores da casa. O Padre Carvalho sabia da importância de constituir uma equipe docente reconhecida pela sociedade sergipana. Sabe-se também que esta formação de equipe não era nada fácil, pois existiam em Sergipe poucos professores licenciados. Os primeiros professores que

compuseram a equipe de 1960 foram: Português – Pe. José Carvalho de Sousa / Matemática – Olga Andrade Barreto / Francês – Rosália Bispo dos Santos / Latim – Pe. Almiro Oliva Alves / História do Brasil – José Silvério Leite Fontes / Geografia – Yara Maria Silveira Teixeira / Desenho – Sérgio Francisco da Silva / Trabalhos Manuais e Canto Orfeônico – Maria Joaquina de Carvalho Leite / Educação Física – Roberto Barreto Sobral.

Tais professores, a exemplo de José Silvério Leite Fontes, tiveram uma trajetória profissional reconhecida. José Silvério chegou a ser eleito membro da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, instituições que, por seus critérios de elegibilidade, legitimam as práticas intelectuais.

Já em 1961, compunham o corpo docente, na 1ª e 2ª séries ginasiais, respectivamente:

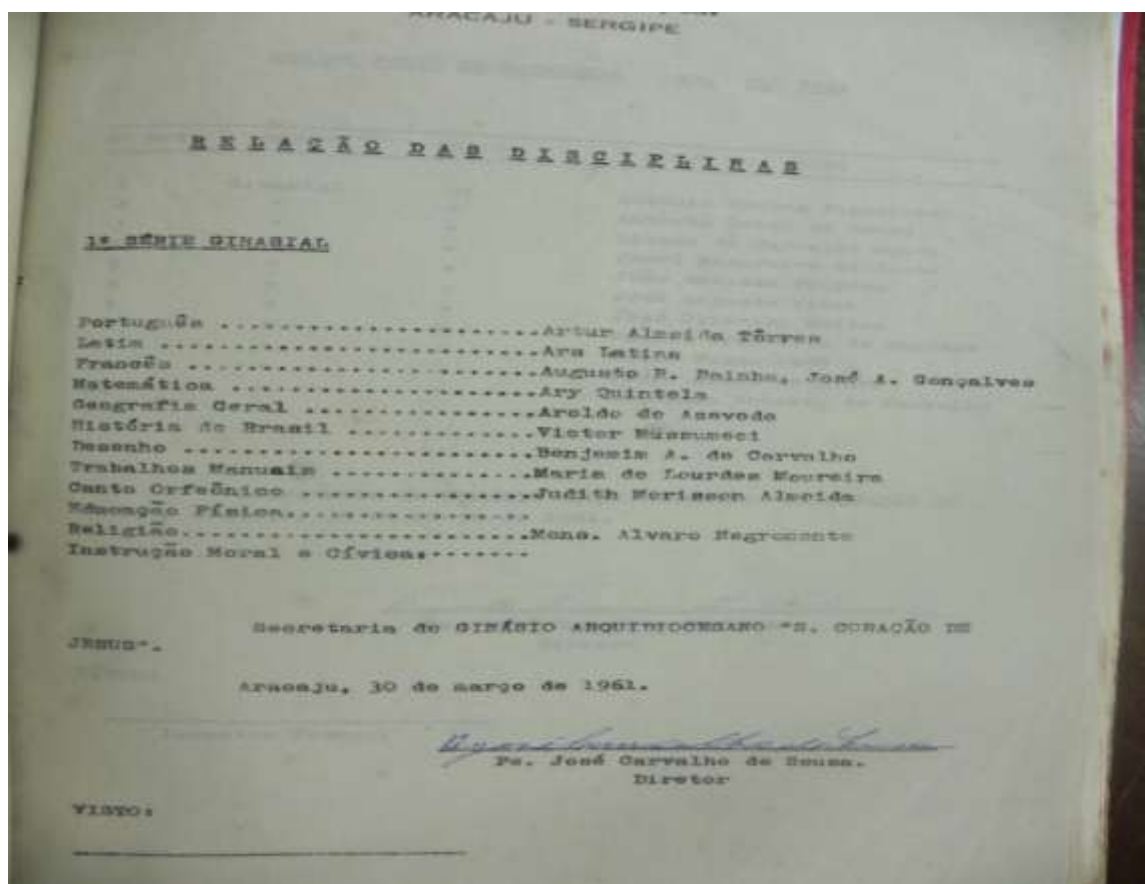


Imagem 10 – Lista de docentes da 1ª série ginasial e respectivas disciplinas que lecionavam, em março de 1961.

Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

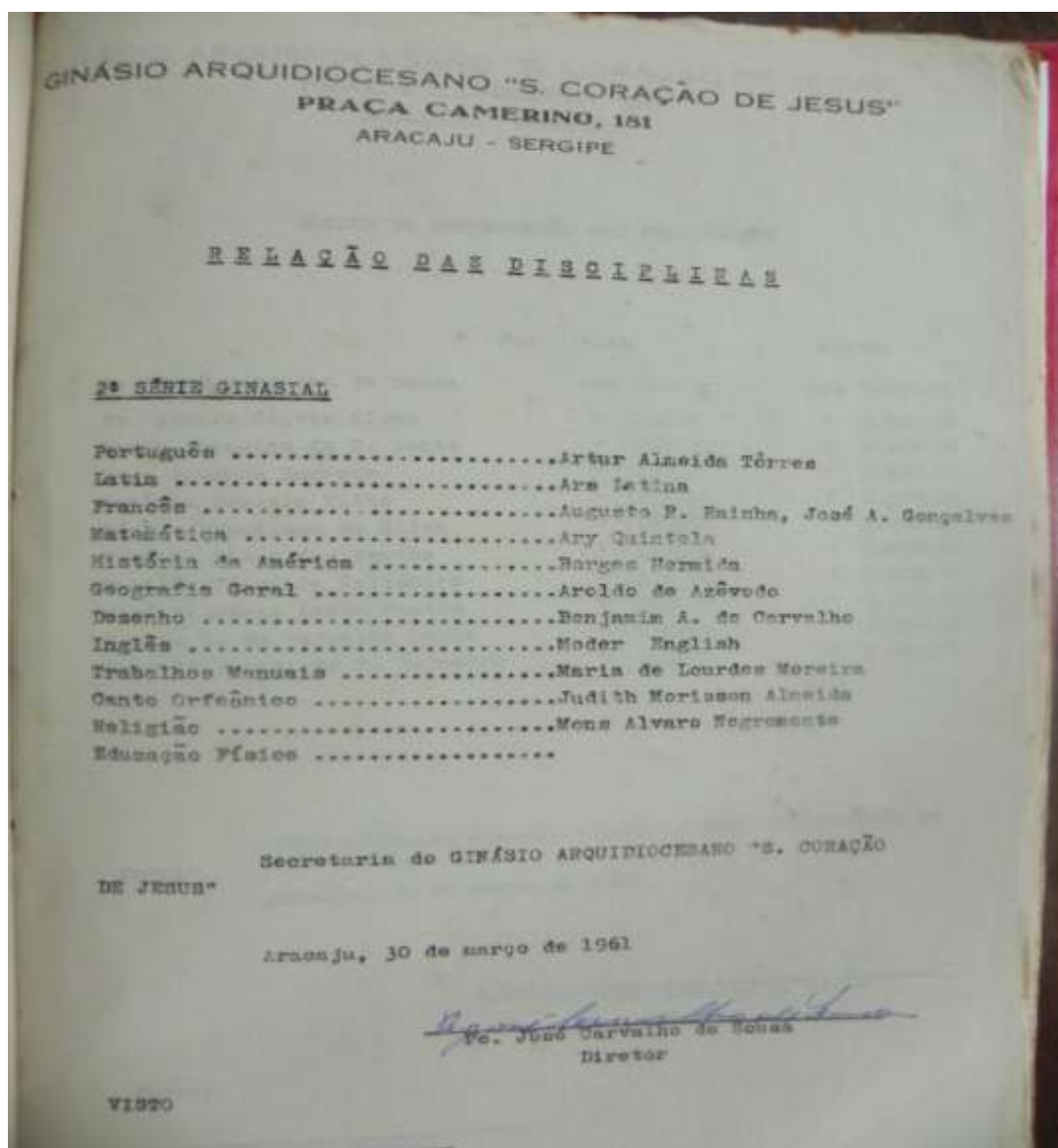


Imagem 11– Lista de docentes da 2ª série ginásial e respectivas disciplinas que lecionavam, em março de 1961.

Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

Com o passar dos anos, a escola ia sedimentando a sua história e as turmas e séries iam sendo ampliadas, mas a disciplina e formação dos alunos continuavam sob o olhar calmo e marcante do Padre Carvalho. O Padre era um educador que trazia na sua prática pedagógica, além da pedagogia cristã, a pedagogia do diálogo, nunca deixando de solicitar, aos seus funcionários e alunos, um andamento harmônico da instituição de ensino que dirigia. Aos professores eram cobrados cumprimento de horário, a frequência constante nas reuniões convocadas pela escola, a proibição de fumar dentro da visão dos alunos, as vestimentas para os homens deveriam ser terno e para mulheres saia e blusa, além do jaleco que era obrigatório para todos. Com relação à prática

pedagógica, os mesmos deveriam estar sempre atentos à aprendizagem da sua turma e realizar constantes arguições que possibilitassem verificar e averiguar se os alunos estavam estudando e, ao mesmo momento, aprendendo os conteúdos que eram abordados em sala de aula (LIVRO DE ATA, 1960). Outro ponto muito debatido, durante as reuniões do colégio com a equipe docente, era que os professores cobrassem sempre as atividades que foram para casa, para que os pais pudessem observar que a escola era rigorosa e realmente iria fazer diferença na formação deste cidadão. Por vezes, a partir da leitura de dezenas de atas, pude observar a preocupação do diretor da escola em manter-se atento às atualizações na área educacional e sempre dividindo as informações com seus professores no intuito de conseguir extrair contribuição dos mesmos, para que pudessem sempre oferecer uma educação de qualidade, mas com uma didática acessível.

A frequência às aulas era obrigatória, assim como o respeito ao horário de início das mesmas. O professor tinha 5 minutos de tolerância para que pudesse entrar em sala, se descumprisse o horário teria que repor esta aula. Aos alunos cabia a obrigação de já estarem em sala de aula, aguardando o professor, quando soava o toque de entrada. A disciplina da escola impunha e exigia do aluno extremo respeito aos mestres, eram cobrados comportamentos como se levantar com a chegada do professor. Não se admitia falta de respeito e intimidade para com os mesmos, como pude comprovar diante do relato da professora de Geografia que trabalhou na escola por mais de 10 anos. Segundo ela:

Iniciei minha vida profissional na escola, era muito jovem, tinha 22 anos, e pelo tempo que lá lecionei, sempre pude observar comportamentos exemplares dos alunos para com os professores. A escola prezava pela formação moral e religiosa dos alunos, nas salas de aula tinha uns 20 e poucos alunos, e nós não tínhamos problemas com indisciplina, pois eles sabiam os papéis deles. O diretor do colégio, Padre Carvalho, confiava na sua equipe e dava liberdade aos professores para trabalhar em sala de aula, a lei era nossa dentro do nosso horário, os alunos em alguns momentos, tinham insatisfação com alguma nota ou queriam iniciar conversas paralelas, mas assim que chamávamos atenção ou conversávamos com o aluno o problema se encerrava. Então posso dizer que tudo era muito tranquilo, diferente de hoje em dia que vemos tantos absurdos que os alunos fazem com os professores, além de assoberbarem as classes com muitos alunos e o professor não é capaz de dar conta da sala de aula (FREITAS, 2013).

Sobre a organização dos horários do ginásio, inicialmente no turno vespertino o tempo das aulas era de 50 min., com intervalos de 10 min. entre uma aula e outra. Esta organização propiciava quatro intervalos de 10 min. cada, período este que era destinado para que os alunos pudessem lanchar e interagir com os colegas, momento esperado por todos para extravasar a inquietação característica da idade. Podemos observar no quadro abaixo a disponibilidade das aulas e organização dos horários.

GINÁSIO ARQUIDIOCESANO "S. CORAÇÃO DE JESUS"
PRAÇA CAMERINO, 151
ARACAJU - SERGIPE

HORÁRIO DE AULAS
ANO DE 1961

2ª Série Ginasial - - - - Turma Única

<u>SEGUNDA-FEIRA</u>		<u>QUINTA-FEIRA</u>	
13,00 - Inglês		13,00 - Francês	
14,00 - Religião		14,00 - Desenho	
15,00 - Latim		15,00 - Português	
16,00 - Matemática		16,00 - Matemática	
17,00 - Canto		17,00 - Geografia	
<u>TERÇA - FEIRA</u>		<u>SEXTA - FEIRA</u>	
13,00 - Francês		13,00 - Inglês	
14,00 - Desenho		14,00 - História	
15,00 - Português		15,00 - Português	
16,00 - Geografia		16,00 - Matemática	
17,00 - História			
<u>QUARTA - FEIRA</u>		Obs:	
13,00 - Matemática		<u>TERÇA E QUINTA-FEIRA</u>	
14,00 - Ins. Moral		8,00 às 8,50 - Ed. Física	
15,00 - Português			
16,00 - Latim			
17,00 - T. Manuais			

Secretaria do GINÁSIO ARQUIDIOCESANO "S. CORAÇÃO DE JESUS"
Aracaju, 30 de março de 1961.

Dep. José Ovídio de Sousa

Imagem 12 – Horário do 2º ano ginasial com as respectivas disciplinas, ano de 1961.
Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

É neste segmento de conquistas e novos desafios que, ao longo dos anos, o “Colégio Arquidiocesano” foi se constituindo como um colégio de referência para a

sociedade sergipana e começou a ganhar cada vez mais espaço no campo educacional. A escola tinha um cronograma muito bem organizado, onde as aulas iniciavam-se no mês de março, havia as férias do mês de julho, o retorno acontecia em agosto e os alunos que eram aprovados sem os exames finais ficavam de férias no mês de novembro. Quem não atingisse a média exigida pela escola, que era 7, teria, obrigatoriamente, que assistir aulas de reforço e conseguir a aprovação nas provas finais, esta etapa se estendia até o final do mês de dezembro. A organização de provas em diferentes períodos, como pude observar, segue o mesmo padrão de desenvolvimento. Eram provas bimestrais e uma avaliação final para quem não conseguia atingir a média exigida para ser aprovado. Esta estrutura só difere nas primeiras turmas, quando existiam as avaliações orais.

Era o início de uma instituição de ensino que desenvolveria, na sua trajetória educacional, uma história de práticas educativas amparadas não apenas pelos marcos regulatórios educacionais, mas pela missão de capacitar, dignificar, evangelizar, para além de educar formalmente. Vale ressaltar que, já em 1962, o Padre Carvalho buscou uma alternativa para que os alunos não saíssem do estabelecimento de ensino após concluírem o curso ginásial. Para tanto, ampliou o Ginásio, transformando-o em Colégio, oferecendo também o ensino secundário, dividido, naquele tempo, em clássico e científico. Cabe o registro de que, neste segmento de formação, muitas instituições de ensino contribuíram para a “evolução” educacional do Estado de Sergipe, a exemplo do “Colégio Estadual Atheneu Sergipense”, do “Colégio Salesiano” e do “Colégio do Salvador”, aos quais o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” vinha se somar, com o intento de se responsabilizar pela formação escolar, cultural e religiosa de inúmeros jovens sergipanos, assim como de outros estados circunvizinhos, tendo, na sua carta de egressos contemporâneos, alunos de notoriedade nacional, a exemplo da Dra. Conceição Figueiredo, Procuradora do Estado de Sergipe, e Dr. Rogério Carvalho, ex-secretário de saúde do Estado, atual Deputado Federal, dentre tantos outros que são oriundos desta formação educacional.

Ainda no ano de 1962, o Pe. Carvalho, com o intuito de resolver os problemas financeiros do Seminário, resolve, com o consentimento do bispo, juntar não somente no mesmo prédio, mas nas mesmas salas de aula, seminaristas e alunos externos. O resultado pode ser lido na matéria a seguir:



Imagem 13– Matéria do jornal “A cruzada” acerca do convívio entre seminaristas e estudantes seculares. 24. dez. de 1962. Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

O “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, com o passar dos anos, foi se solidificando e ganhando credibilidade da sociedade sergipana, que entregava seus filhos aos cuidados educacionais desta instituição de ensino que, segundo Padre Carvalho, a cada momento se tornava mais renomada (SOUSA, 2011). À medida que os anos se passavam, o diretor do Colégio observava claramente que a escola crescia numa sede que não tinha condições de se expandir. Diante desta situação que necessitava ser revista e reformulada, através da realidade vivida pelo “Colégio Arquidiocesano”, o Padre conseguiu recursos com os católicos da Alemanha e pessoas influentes da sociedade sergipana, que acreditavam no seu espírito empreendedor, e iniciou a construção de uma ala nova, anexa ao prédio da Rua Dom José Thomaz 194, onde funcionava o Seminário, transformando-o em um moderno estabelecimento de ensino, que, em 1967, pediu autorização para atender também ao público feminino, como atesta o documento a seguir, de autoria do Bispo Diocesano Dom José Vicente Távora.

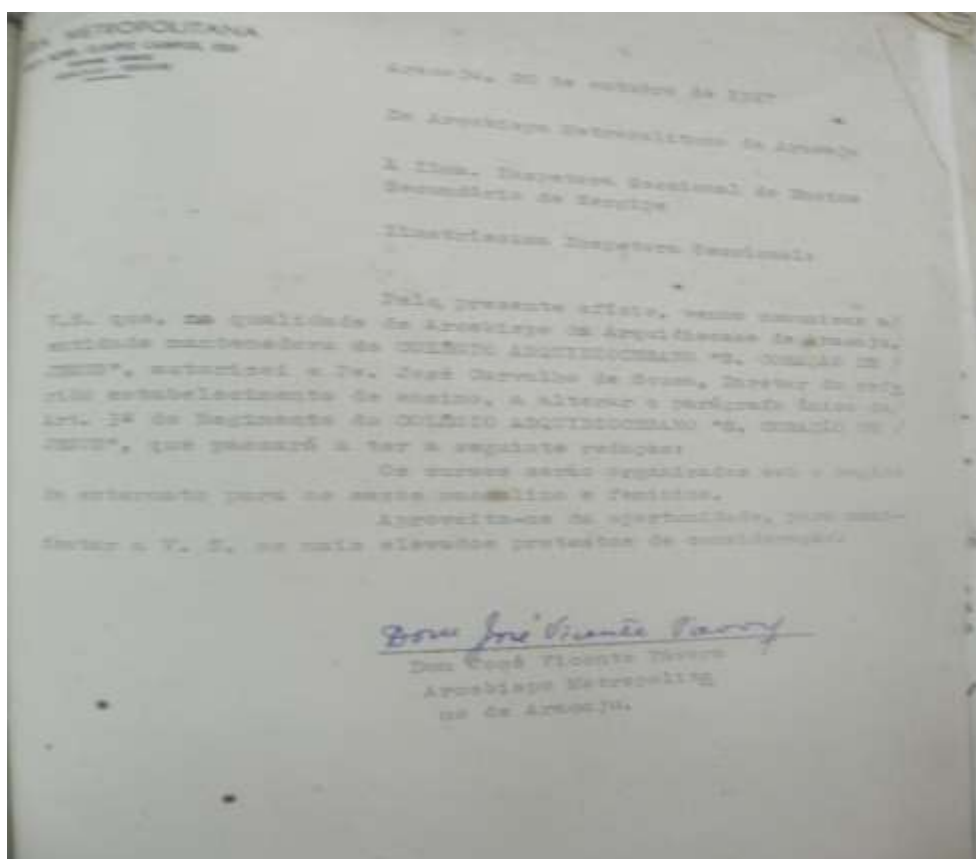


Imagem 14 – Ofício do Bispo Dom José Vicente Távora comunicando a abertura do CASCIJ para estudantes femininas, em 20. Out. de 1967.
Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

Sobre isso, assegura Monteiro:

[...] as meninas que estudavam do pré-escolar até a 4ª série do ensino fundamental [denominação atual], quando conseguiam concluí-lo, faziam o exame de admissão para outros estabelecimentos de ensino. Pe. Carvalho julgou conveniente fazer um esforço no sentido de convencer o bispo D. José Vicente Távora da necessidade de abrir matrícula para o sexo feminino, após vencer algumas resistências de alguns elementos do clero, conseguiu autorização para abrir as portas do ginásio para o sexo feminino. Isso ocorreu ainda na década de 60 (MONTEIRO, 2003, p.23).

Conforme revela o documento abaixo, o colégio passou por sucessivas reformas visando o seu melhoramento:

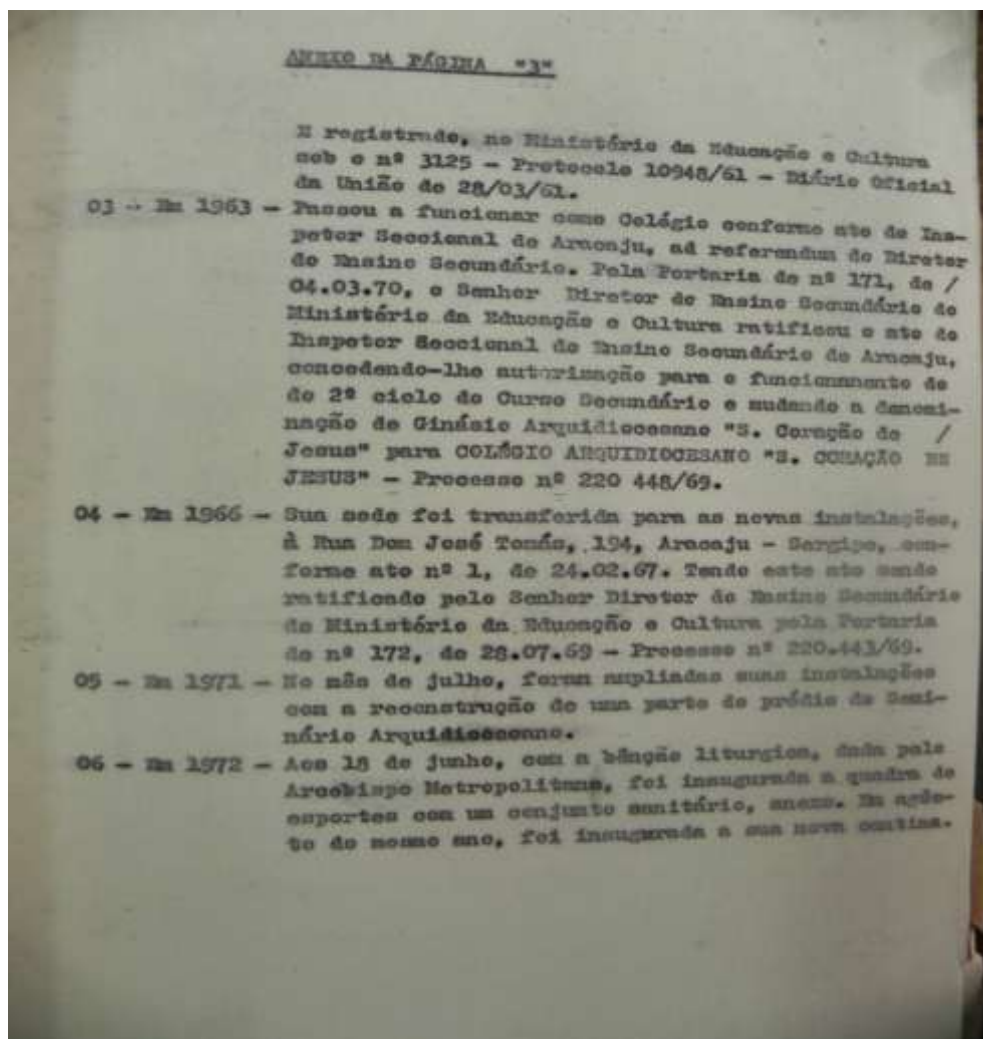


Imagem 15: Recorte de documentos sobre atualizações sobre a escola, anexo de página 3 do Regimento Interno.

Fonte: Arquivo do "Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus"

Como pode ser observado, foi em 1972, que o CASCJ dá início a sua veia esportiva, o que no futuro marcaria positivamente a sua identidade, marcada pela máxima grega “Corpore Sano, Mente Sana”, expressão seguida fielmente pelo Padre diretor. Aníbal Monteiro escreveu um trabalho intitulado “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus: um empreendimento educacional bem sucedido?”. Na visão de Monteiro (2003):

Um outro ponto que merece comentário é o investimento da escola em atividades desportivas. São oferecidas 17 modalidades sendo, portanto, um amplo leque que contribui para a publicidade do colégio. Atletas renomados na cidade e até no país e fora dele, são ou foram alunos do Arquidiocesano. Nesse aspecto, há até uma espécie de recrutamento entre aqueles que se destacam e que não são seus alunos: um atleta, que já foi aluno da escola, nos falou que seu ingresso lá se deu por conta da sua atuação destacada no basquete e que estudou com bolsa integral, um professor-treinador foi convidado por conta do sucesso obtido com times que treinou em outras escolas e instituições (MONTEIRO, 2003, p. 39).

O mesmo Monteiro analisa essa veia esportista e conclui:

A direção tem consciência de que os esportes e atividades culturais não apenas servem à conformação do jovem, desviando a sua atenção das drogas, do sexo irresponsável e de outros desvios comportamentais, como também contribuem para uma maior representatividade pública da escola. Veja o caso de Larissa Barata que, recentemente, ganhou o patrocínio da Petrobrás. A ginasta campeã e sua família, quando lutavam por patrocínio, foram a TV pronunciar-se a favor do colégio, ressaltando a ajuda financeira que receberam. Isso é um excelente marketing – é mais uma forma de estar na mídia e demonstrar seu compromisso e empenho com o jovem sergipano (MONTEIRO, 2003, p. 40).

Diante desta história, que é constituída por 100 anos, desde a formação do seminário até a incorporação do colégio e mesmo a superação desse, no tocante ao número de alunos, não posso deixar de destacar, novamente, a importância gerencial do Padre Carvalho, que por cinquenta e dois anos foi diretor do “Colégio Arquidiocesano”, sempre mantendo sua postura de educador, assim como os valores morais da instituição de ensino, respaldado nos ensinamentos religiosos. Conforme relato do próprio Padre Carvalho, “A figura do padre representa a figura do representante de Deus na Terra”

(SOUSA, 2011). Vale ressaltar a sua visão progressista, pois não se negou a romper paradigmas quando se referia à educação, como no caso de alguns posicionamentos que tiveram contribuição significativa para o crescimento e solidificação desta instituição de ensino para sociedade sergipana, tais como a abertura do seminário para a modalidade de semi-internato e, pouco depois, tornando o “Colégio Arquidiocesano” uma escola mista, tendo em seu corpo discente meninos, meninas e seminaristas. Outro posicionamento relevante com relação à visão progressista do Padre, foi a busca de investimentos em novas áreas, como é o caso das práticas esportivas no Colégio, que conta com parque poliesportivo, como atesta a Imagem 16:



Imagem 16 – Matéria do “Jornal da Cidade” acerca das vitórias no esporte dos alunos CASCJ, em 12. mar. de 2007.
Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

Vale ressaltar que é importante sabermos que as instituições de ensino não são estruturas frias, cristalizadas e sem nenhum envolvimento com os seus personagens e seus contextos sociais. As instituições de ensino são organismos vivos e foi com este entendimento que o Padre Carvalho construiu e constituiu o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. É com o mesmo entendimento que adentro, mais uma vez, os muros do Colégio, desta vez na condição de pesquisadora e não mais com o propósito de concluir o primário e o secundário, mas com o objetivo de desvelar uma cultura escolar que formou, educacional e religiosamente, centenas de sergipanos, inclusive eu, que muito embora esteja premiada pela tão almejada neutralidade científica, tenho, nessas páginas, um pedaço meu e, como tal, é cheio de pré-noções – pré-conceitos – pré-valores. Mas, mais importante do que o fato, o que fica na história são as suas representações.

Segundo Alberti (2004):

[...] Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como ‘construções’ desprovidas de relação com a realidade (ALBERTI, 2004, p. 10).

Foi seguindo esta premissa, que ouvi o Padre Carvalho, que auscultei os documentos, recorri ao regimento, li os jornais, busquei nas atas, além de rememorar fatos e representações ali vivenciados, que ajudam a compor a cultura escolar do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, que se faz entre memórias e práticas escolares.

Capítulo III

Entre memórias e práticas escolares: o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 09).

3.1 Depois da porta de entrada

Foi com o intuito de atrelar os fatos às suas memórias e representações que pedi benção ao Padre Carvalho, passei pela mesma porta de madeira, porta essa que divide a diretoria da escola e dá acesso às áreas internas do colégio, e acredito que esteja lá desde a fundação daquela estrutura física. Ao empurrá-la, me senti novamente aluna e me questionei: “Quantas vezes passei por aqui enquanto aluna?”. A referida porta tem proporções menores do que as convencionais, o seu formato é como que significasse uma barreira de acesso à escola, e ainda possui a mesma tonalidade de pintura que existia na minha época, um cinza que parece um céu nublado. Mas enquanto ela vai e vem, o que poderia significar uma barreira se transforma em um grande corredor, com várias portas laterais, as quais hoje estão ocupadas por outros setores, mas na minha época (1977 até 1991) era lá que me deparava com as pessoas que registrei e vou levar na minha memória, como por exemplo, Irmã Augusta, freira que trabalhava na escola e nos presenteava com uma grafia rebuscada, cheia de carinho e dedicação. Nunca soube de uma informação negativa daquela mulher, que era incapaz de ser grosseira com os alunos.

Ao final do corredor se abre um vão, e é deste vão que invade um clarão de luz. No momento em que cheguei ao final do corredor, fiz uma alusão ao céu nublado com a luz que vinha da parte externa da escola, então pensei: “A maturidade nos deixa saudosistas, por 15 anos transitei por aqui e nunca me deparei com estas sensações que estou a descrever”. Acredito que a luz observada se mistura com a luz da escola e dos atores que a compõe. Sei que não correm mais por aqueles corredores os meus contemporâneos, mas transitam outras crianças e adolescentes, que assim como eu e meus colegas, em um determinado tempo, circulávamos por ali sem grandes pretensões iniciais, comportamento esperado pela nossa idade, mas o que não sabíamos é o quanto aquela estrutura física e educacional poderia representar em termos de formação para o nosso futuro.

Consegui finalizar o corredor e iniciar os espaços que dispunham algumas salas de aulas. Hoje a estrutura física mudou um pouco, esperava me deparar com a cantina no lado esquerdo do corredor, ela não está mais lá, mas ainda pude sentir o cheiro dos lanches de “Dona Vandete”, pessoa que arrendava a lanchonete na minha época escolar. Ainda pude ouvir as risadas, de nós alunos, sentados no chão, ao longo do corredor, durante o intervalo das aulas, encostados nas paredes frias de cerâmica

azul, que mesmo não sendo um espaço de conforto, era um momento prazeroso, tanto pela gastronomia oferecida pela cantina, como pela oportunidade de conversarmos uns com os outros, pois durante as aulas era um comportamento reprovado e passível de sérias punições.

Dou continuidade às minhas passadas e após o corredor eu encontro uma sala, do lado esquerdo, onde pude ler a palavra “Memorial”, pintada em letras vermelhas. Abri a porta de vidro e, para minha surpresa, encontro sentada em uma cadeira, atrás de um birô de formato antigo, a bedel Morena, pessoa temida por todos e odiada por muitos. Mas no momento em que me aproximei, desferi a ela um olhar carinhoso, bem diferente dos olhares lançados enquanto aluna que queria transgredir as regras, e a questioneei: “Que bom revê-la! Lembra-se de mim?”. E para minha grande surpresa, aquela mulher de 82 anos, que está na escola desde a sua fundação, em 1960, e que não me via a mais de 21 anos, disse claramente: “Claro que sim!”, e começou a me perguntar pelos meus pais e irmãos que por lá também estudaram. E naquele momento pude realmente perceber que não estava mais de farda, não estava indo mais em direção à minha sala de aula, mas sim buscando mergulhar no Arquivo da instituição. Lá revisei a memória, revi, como já anunciei na introdução deste trabalho, a bola de *Spirebol* dentro de um vidro, revi os fardamentos, conheci documentos e contemplei uma história que, independente dos prós e contras, dos altos e baixos, das estratégias e das táticas, merece ser dada a ler, pois é uma parte muito significativa da História da Educação sergipana.

3.2 Dentro do memorial do Colégio, uma história

As instituições educacionais, assim como as pessoas, são possuidoras de uma memória. Uma memória factual, assente na transmissão oral, uma memória fixista e por vezes justificativa e assinalada de exageros de inúmera ordem (MAGALHÃES, 1996).

Como já revelado, a situação financeira do “Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus” não era das melhores. Estava requerendo uma injeção a fim de que fosse possível ter uma continuidade profícua no que se refere à formação de novos sacerdotes. Uma primeira alternativa surgiu e frutificou com a inauguração, em 1959, do “Educandário/Universidade Pequeno Príncipe”, que começa a se destacar, gerando, inclusive, os recursos necessários para o atendimento ao Seminário, e ajudando a

manter-se nos seus desígnios. Reforça-se à informação, que a iniciativa de sua criação foi do Padre Carvalho, observando-se, inclusive, as demandas de Aracaju, à época com ares menos provincianos e em crescimento, necessitando, portanto, quantitativa e qualitativamente de instituições educacionais. O próprio Inspetor Seccional de Sergipe sugere à Igreja Católica a criação de um Ginásio. A sugestão, após discussão e reflexão, foi acatada, e a concretização dá-se com o Ato Nº 44, de 07 de dezembro de 1959.

Os avanços qualitativos obtidos na administração do Padre Carvalho fizeram com que o padre diretor empreendedor ousasse um pouco mais e, assim, o transforma, ampliando o ginásio em termos de estrutura física para possibilitar à sociedade aracajuana uma escola de qualidade. Assim, buscou posicionar a saída da escola, fisicamente, para o local onde se situava o “Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus”. A iniciativa foi atendida pela Inspetoria Seccional de Aracaju e ratificada pelo Ministério da Educação e Cultura, que mediante Portaria n. 172, de 28 de julho de 1969, autorizou a transferência da sede do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, da Praça Camerino, n. 181, para a Rua Dom José Tomás, n. 194, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, onde funcionava o “Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus”.

Vale ressaltar que o “Ginásio Diocesano” foi inaugurado e funcionou por alguns anos, tendo na sua constituição de discentes, os alunos externos e seminaristas, que inicialmente foi ponto de preocupação, com relação a se esta convivência iria ser benéfica para ambos. Encontrei na Ata da 1ª reunião de Pais e Mestres do ano de 1966 o seguinte relato:

Depois o Diretor usa a palavra e manifesta aos pais a sua satisfação pelo estreitamento das relações dos seminaristas com os colegas externos na vida de pastoral. Trago para este relato a informação socializada, a mim, pelo Pe. João Meneguino, Diretor Espiritual do Seminário e professor de Religião, louvando a posição edificante dos seus alunos externos durante as aulas de Religião e mostrando que, embora os alunos externos não tenham a mesma missão apostólica dos seminaristas, mas tem como cristãos. Disse ainda que o prognóstico está no primário, ginásio e colégio bem feitos na vida de um jovem amanhã, pois todos estão adquirindo uma boa base (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCI, 1966).

No ano de 1963, segundo o Livro de Tombo da Arquidiocese de Aracaju, a Festa de Formatura dos concludentes do Curso Ginásial que contou com uma missa de

ação de graças celebrada pelo Reitor do Seminário e Diretor do Colégio Arquidiocesano, que foi seguida por um “lauto café” no refeitório do Seminário/Colégio; ao meio-dia houve, no galpão da instituição, um almoço do qual participaram também os pais dos concluintes, professores e alguns amigos e colaboradores do Seminário. Também houve premiação, em uma sessão solene, dos alunos que tiveram um melhor resultado acadêmico. O seminarista José Francisco de Menezes recebeu o prêmio “Monsenhor Freitas” por ter obtido o 1º lugar entre todos os alunos do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. Tal informação coloca em evidência o fato de que seminaristas e leigos estudavam juntos e que não havia prejuízo para aqueles que queriam seguir a carreira eclesiástica.

No ano de 1970, através da Portaria n. 171, de 4 de março de 1970, a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, ratifica o Ato da Inspeção Seccional de Aracaju, que concedeu autorização para o funcionamento do segundo ciclo do curso secundário do “Ginásio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, desta feita com a denominação de “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. Hoje conta com a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, numa estrutura física calcada na pedagogia moderna, apresentando 78 salas de aula amplas e confortáveis, com móveis escolares adequados para as idades dos alunos, laboratório de Ciências Físicas e Biológicas, quatro laboratórios de informática, Sala Audiovisual/Multimídia, Livraria, Brinquedoteca, Cozinha Experimental, Biblioteca e Videoteca informatizadas, três Salas de Professores, Sala de Orientação Pedagógica, seis Salas de Coordenação, Auditório para 200 pessoas, Academia, Ginásio Poliesportivo, Parque Aquático com três piscinas, Sala de Ginástica Rítmica e Olímpica, Salas para Judô, Musicalização, Coral, Tênis de Mesa, dentre outras.

Vale ressaltar que ao longo de 52 anos de relação entre o Padre Carvalho e o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, o regimento foi se adequando à legislação educativa brasileira, mas preservando o seu âmago aqui ressaltado.

3.3 A cultura escolar do CASCJ

No regulamento interno, encontram-se registrados no Capítulo I, que trata de toda a organização administrativa da escola: direção, secretaria, tesouraria, auxiliares administrativos, conselhos dos professores e de alunos, orientação educacional e demais relações da comunidade escolar com a vida exterior (REGIMENTO INTERNO, 1960).

Observa-se o quanto o Padre diretor era progressista, pois o que mais é determinado pelas Secretarias de Educação do país na atualidade é a integração *sine qua non* das instituições educacionais com as comunidades que giram em seu entorno.

Reza o regulamento que a organização educacional manteria o externato para o sexo masculino. Porém, tempos depois, mais precisamente em 1968, o curso ginásial foi ampliado para o sexo feminino, em turnos diurnos – matutino e vespertino – e regido pela legislação inerente, quanto à seriação, programas e demais aspectos de sua atividade educacional. Por suas determinações, compete ao diretor cumprir e fazer cumprir as leis de ensino e as determinações legais das autoridades competentes, na esfera de suas atribuições; representar o estabelecimento oficialmente; superintender os atos escolares no que diz respeito à administração, ao ensino e à disciplina; nomear e dar posse a todo o pessoal do estabelecimento; convocar reuniões; assistir às aulas, atos dos exercícios escolares de qualquer natureza; e aplicar penalidades disciplinares aos professores, funcionários e alunos, dentre outros. No que se refere à secretaria do estabelecimento, a sua titular tinha a responsabilidade sobre todo o serviço de escrituração, arquivo, fichário e correspondências (REGIMENTO INTERNO, 1960).

Em se tratando do corpo docente, o artigo 19 apresenta tão somente o que é vedado ao professor:

Art. 19 – É vedado ao professor

- a) Dar conhecimento aos alunos das listas de pontos organizadas para exame;
- b) Dotar pontos;
- c) Fumar nas classes durante a regência de aulas;
- d) Aplicar penalidades aos alunos exceto de advertência, repreensão e retiradas da sala de aula.

Parágrafo único – O professor que faltar a uma aula sequer, sem apresentar, antes ou imediatamente depois, motivo plenamente justificável, perderá o direito à remuneração da mesma.

Ainda, respaldando as orientações compartilhadas aos professores durante as reuniões, uma das questões mais abordadas em reunião vem através do Padre Carvalho, com relação à frequência dos professores, sendo sempre incisivo para com os mesmos, com relação às ausências em sala de aula. Baseando-se no regimento da casa, o Padre ressaltava o quanto era prejudicial aos alunos a falta do professor em sala de aula, pois a ausência traz problemas de indisciplina e desestímulo, além de desconto na remuneração, visto que poderia causar um descumprimento no cronograma. O Padre demonstrava, como é próprio da função que exercia, preocupação para com o

andamento normativo da escola. E para casos em que fosse real a necessidade da ausência do professor, este deveria comunicar ao diretor da escola, para que o mesmo analisasse os motivos e decidisse se a aula seria repostada ou se iria “contar o ponto” do professor e descontar no seu salário a aula que não foi ministrada. Para o diretor os professores deveriam se enquadrar dentro da sua orientação, conforme podemos observar em parte de uma das atas do ano de 1969:

Fazendo este apelo, falou o diretor, que deve haver muita pontualidade dos professores, na entrada e saída às aulas. Nunca após o sinal de entrada, ficar papeando com seus colegas, enquanto os alunos ficam a esperar e fazendo críticas, da falta de pontualidade do seu mestre. Assim como não devem permitir que os alunos saiam da classe antes do término das aulas e ensiná-los a respeitarem os professores fazendo-os levantarem na entrada e saída do prof. em classe (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCI, 1969).

Em relação à orientação educacional, esta era uma função exercida pelo diretor, através da qual ele se responsabilizava por: organizar o fichário dos alunos; pesquisar as causas do insucesso dos educandos nos estudos, fazendo inclusive visitas domiciliares à família; auxiliar os alunos a conhecer as oportunidades educacionais da cidade, do Estado e do País; bem como a levar os alunos a conhecer as profissões e a compreender os problemas do trabalho.

Do artigo 22 ao 27 estão colocadas as responsabilidades do corpo docente, voltadas principalmente para a observância aos seus deveres, que consistiam basicamente no respeito à disciplina; à assiduidade e pontualidade nos trabalhos escolares; comparecer às comemorações cívicas; conservação do prédio, do mobiliário e do material de uso coletivo, como também indenizar os prejuízos materiais causados ao estabelecimento e, para aqueles “manifestamente incorrigíveis”, não teriam as suas matrículas renovadas, sendo colocados à disposição dos mesmos ou dos seus responsáveis os documentos de transferência.

A vida escolar do estudante estava organizada com a finalidade de proporcionar aos pais e responsáveis do aluno o conhecimento diário de suas atividades, através da adoção de uma caderneta escolar (Art. 28). Um item do regulamento chama a atenção, tendo em vista gerar constrangimentos para os educandos, ao estabelecer em seu Art. 30, que “O aluno em atraso com seus pagamentos poderá, a juízo da direção do estabelecimento, ser impedido de prestar as provas parciais ou finais”.

Por último, em suas Disposições Transitórias, o regulamento aponta a importância da participação de todos os envolvidos no processo educacional nas festas cívicas, religiosas e comemorativas promovidas pela instituição, conforme ilustra a imagem 17. Muitas eram as datas comemoradas pelo/no colégio. Além do dia da independência, dos festejos juninos, dia das mães, dia dos pais, gincana literária, dentre outras comemorações, o Colégio comemorava também e principalmente as datas religiosas, a exemplo da Primeira Comunhão, evento aguardado pelos alunos e preparado com muita cautela pelos organizadores, que envolvia tanto a parte de formação espiritual para receber a “hóstia sagrada” e a organização logística que o evento pedia.



Imagem 17 – Matéria do Jornal “Correio de Sergipe” acerca da comemoração do Dia da Independência feita pelos alunos CASCJ, em set. de 2008.

Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

De acordo com Magalhães (1996):

Não basta conhecer, interpretar e recriar os regulamentos ou as definições dos princípios orientadores ao nível dos objetivos vocacionais e programáticos para se conferir uma identidade histórica a uma instituição educativa. É na análise historiográfica que tal identidade ganha verdadeira razão de ser. Uma construção entre a memória e o arquivo, entretecendo uma relação entre aspectos sincrônicos e diacrônicos (MAGALHÃES, 1996, p. 9).

Assim sendo, para melhor compreender a metodologia aplicada na escola, há que se entender como essa foi se constituindo e como ela foi sendo determinada pelo próprio Padre Carvalho, que buscava inculcar disciplina nos alunos da escola. A intenção era que os mesmos pudessem desenvolver o melhor aproveitamento educacional possível. Aos professores, sempre eram sugeridos que pudessem manter um método eficiente que fosse capaz de despertar, nos alunos, maior interesse, através de uma aula viva. Quando, na entrevista, o Padre foi questionado sobre o assunto, assim respondeu:

Eu socializava os objetivos que eu queria, não era nada obrigado, mas externalizava que deveríamos formar e oferecer condições para a construção de pessoas dignas, capazes, iluminadas pelo Evangelho de Jesus Cristo, e que fossem pessoas felizes no tempo e na eternidade, nunca esquecendo de valorizar a construção do seu nome enquanto pessoa. E era desta forma que a escola motivava os alunos para serem dignos, capazes e felizes, sempre lembrando ao aluno que eles eram os únicos responsáveis pelo seu sucesso e insucesso (SOUSA, 2013).

Diante desta preocupação para com a formação dos seus alunos, o Padre Carvalho sempre buscou debater sobre a necessidade da transformação do adolescente, buscando prepará-lo para o seu futuro, como podemos observar a visão do Padre com relação à busca da independência dos jovens:

É importante que a escola esteja preparada, pois ela precisa deixar os alunos se desenvolverem sozinhos, mostrar-lhes a importância de se dedicar de corpo e alma aos estudos, pois desta forma terão maior desenvolvimento, despertar neles, a convicção de que o desenvolvimento que eles alcançarem conseguirão também o desenvolvimento social (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCI, 1968).

E assim a escola seguia a legislação pertinente quanto à seriação, aos programas e demais aspectos da sua atividade formativa. A escola, para o desenvolvimento de suas atividades, estava, segundo o Padre Carvalho, fincada em três pilares básicos que deveriam ser seguidos: “formar pessoas competentes para a realização pessoal e profissional para o mercado de trabalho; preparar pessoas dignas para se valorizar e valorizar o próximo; e dar uma formação religiosa a fiéis e discípulos de Jesus Cristo” (SOUSA, 2011). Tais pilares já estavam bem fincados, quando da sua fundação, como revela a reportagem a seguir de 1960.



Imagem 18 – Matéria de jornal acerca do lema do CASCJ, em 19 nov. de 1960.
Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

A primeira reunião do primeiro corpo docente aconteceu no dia 02 de março de 1960, no salão da Diretoria do “Ginásio Diocesano Sagrado Coração de Jesus”, na época situado à Praça Camerino, n. 181, sob a presidência do Padre José Carvalho de Souza. A reunião contou com a participação dos professores responsáveis pelo ensino e sua qualidade. Durante a década e com as alterações essenciais realizadas na grade curricular e nas disciplinas que faziam parte da mesma, outros professores foram sendo agregados à formação inicial. Foram eles: Olga Andrade Barreto; Rosália Bispo; José Silvério Leite Fontes; Padre Almiro Oliva Alves; Sérgio Francisco da Silva (LIVRO DE ATA, 1960).

As solicitações iniciais da presidência residiam no exigir dos professores “[...] o máximo de esforço e interesse em favor do aproveitamento escolar dos alunos cujos pais confiaram a sua educação moral, intelectual e religiosa”. Salientava ainda que todos deveriam ter o “espírito de compreensão, paciência e dedicação [...] sem, contudo, perder a autoridade e o respeito, lembrando-se que a escola é a continuação do lar”.

Notei, e como já fiz menção anterior, a partir da leitura do Livro de Atas, que em todas as reuniões de professores a pauta girava sempre em torno:

- da consciência do professor no exercício de suas atividades em sala de aula – não atrasar, não sair antes do horário, passar atividades para serem realizadas em casa, realizar arguições sistematicamente e, de preferência, diariamente, mesmo que fosse apenas uma única pergunta para cada aluno;
- da questão salarial, em termos de aumento da hora-aula;
- da preocupação com a fixação da aprendizagem, da manutenção indispensável da disciplina e, para a verificação das razões que levam determinados alunos ao não aproveitamento das aulas; além de combater os defeitos morais dos alunos;
- da exigência para a necessária realização do planejamento do curso;
- da solicitação para que os professores fumantes não fizessem uso do cigarro durante as aulas [não era proibido na época];
- da cobrança em relação a uma maior assiduidade dos professores às aulas, solicitando a cooperação dos mesmos;

- da orientação sobre os critérios adotados para a média de cada disciplina e do conjunto das mesmas, responsáveis pela aprovação ou não dos alunos; bem como sobre o processo a ser seguido para a realização das provas para a 2ª época;
- e, principalmente, sobre a apresentação de tabelas quantitativas que justificavam o aumento ou não dos professores, mas, primordialmente, o aumento necessário à sobrevivência do Colégio, das mensalidades dos alunos.

As atas demonstraram que a administração do Padre Carvalho, apesar de rígida, possibilitava um diálogo com os professores, a fim de que os mesmos apontassem sugestões que poderiam melhorar as atividades pedagógicas desenvolvidas no Colégio, como também realizar críticas à gestão do seu diretor, como pude observar na Ata de reunião do corpo docente, quando o Padre Carvalho inicia a reunião estimulando os professores a dar contribuições para a mesma, quando ele relata:

[...] professor que não tem a menor dificuldade de se entender com a direção e com os serviços de orientação, facilita, pois só se pode educar assim, quando, numa somação de esforços, todos devem contribuir para que possamos educar a juventude. E educar é no sentido de que cada jovem tenha condições de caminhar com seus próprios pés (LIVRO DE ATA, 1976).

Neste segmento, observei também a preocupação do Padre Carvalho com relação à convivência entre os professores e os alunos, externando sempre que este processo deve estar respaldado no respeito mútuo, que o professor deveria ser amigo dos seus alunos para melhor manter a disciplina em classe, conforme podemos observar na citação:

O objetivo do colégio é unicamente a formação dos alunos para o futuro, observando que o professor deve ser um instrutor e educador (formador da personalidade dos alunos). O professor deve ter o máximo de interesse em envolver os alunos num clima de trabalho e responsabilidade pela formação. Cada vez que o professor trabalha deste jeito, ele consegue despertar no aluno o interesse pelos estudos, deixa sua aula mais dinâmica e interessante, e isto propicia um aluno mais preparado para sociedade, aprendendo no colégio, a ser bem comportado e disciplinado (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCJ, 1969).

A visão do Padre Carvalho com relação ao posicionamento do colégio, mesmo sendo uma instituição particular, pode ser observada através das atas da congregação dos professores.

Antes de mais nada, é bom frisar, disse o Diretor, que o Colégio Arquidiocesano, não é uma empresa lucrativa, porém uma casa de formação. Todavia esta formação deve ser dada por todos que nele trabalham. Daqui, a importância dos professores considerarem-se também educadores (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCI, 1969).

Ainda trilhando pelos caminhos contábeis, vale ressaltar sobre as mensalidades, pois na atualidade a situação não é diferente, o que confirma a própria declaração do Padre Carvalho, ao dizer que:

[...] eu deixei de matricular mais ou menos 200 alunos porque os pais estavam com os nomes comprometidos no SPC, então não achei conveniente que ele matriculasse os filhos no colégio porque na verdade seriam alguns inadimplentes já conhecidos que eu estaria admitindo no colégio (SOUSA, 1998 apud MONTEIRO, 1998, p. 25).

Ressalto ainda que mesmo o CASCI surgiu em 1960, período próximo ao início da considerável expansão das escolas públicas em Aracaju e dos níveis do ensino de 1º grau e 2º grau, implantadas, principalmente, em locais centrais e nos principais bairros, não sendo isto motivo para que o crescimento do Colégio fosse afetado. O “Arqui”, como é popularmente conhecido, seguiu a sua ascensão, não tendo problemas com a ampliação das escolas públicas, já que as famílias que compunham seu público detinham uma condição econômica suficiente para manter os filhos numa instituição de ensino privada. A escola também estava respaldada na educação religiosa e tinha na sua direção um padre educador, que prezava pessoalmente pela qualidade de ensino, acompanhamento da aprendizagem, além da formação religiosa, moral e ética dos alunos que ali estudavam. Este comportamento diferenciava o “Colégio Arquidiocesano” das demais escolas e transmitia aos pais a tranquilidade de estarem matriculando seus filhos em uma escola segura, comprometida com a aprendizagem, formação ética, religiosa e concepção de responsabilidade focada no ser humano.

Outra preocupação do Padre educador era matricular alunos que os pais pudessem realmente comprometer-se com os pagamentos das mensalidades da escola. Desde o início da escola, os pais precisavam assinar uma “Prova de garantia financeira”. Ao longo do tempo, este documento foi sendo substituído por outros métodos que pudessem garantir o pagamento das mensalidades.

Observei que no Ginásio, embora tivesse cunho filantrópico, ou seja, podia receber verbas dos governos federal e estadual e também era considerado sem fins lucrativos, havia uma preocupação com o pagamento das mensalidades. As famílias precisavam atestar que poderiam custear os estudos dos filhos neste estabelecimento particular, pois como disse Padre Carvalho:

Tinha uma preocupação pessoal, em cumprir todos os compromissos financeiros que a escola adquiria, cuidava das despesas com muita cautela, sempre busquei observar que os valores das matrículas pudessem cobrir todos os custos que a escola exigia e também pudesse investir em ampliação e modernização do Arqui, e foi com muita satisfação que sempre administrei, para que a escola não desse prejuízo e pudesse trazer dispêndio financeiro para a Diocese (SOUSA, 2011).

O Padre Carvalho, mesmo sabendo que uma instituição de ensino privada deve ser custeada por alguém, preza por proporcionar a algumas famílias, que não têm condição de custear o estudo dos filhos, uma bolsa de estudo. E foi no levantamento das fontes que pude observar que dados mais atuais confirmam a vocação da escola, notadamente, os enormes recursos que emprega na concessão de bolsas e meia-bolsas: foram 223 bolsas integrais em 2002 e 547 bolsas parciais, perfazendo um custo anual de R\$ 1.058.110,56 (hum milhão, cinquenta e oito mil, cento e dez reais e cinquenta e seis centavos). Vale ressaltar que há ainda descontos para aqueles que pleiteavam e que eram acatados pelo Padre diretor (LIVRO DE REGISTRO DOS BOLSISTAS DO CASCJ, 2002).

Segundo o diretor:

O Arquidiocesano não pode ignorar o número difícil enfrentado pela economia brasileira e, por isso, no ano de 2002, concedeu 223 bolsas integrais, com encargos mensais de R\$ 47.550,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais), atendendo também 547 alunos com bolsas parciais, com encargos mensais de R\$ 40.625,88 (quarenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos). Isso totaliza

uma despesa mensal de R\$ 88.175,88 (oitenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), chegando a um custo anual de R\$ 1.058.110,56 (hum milhão, cinquenta e oito mil, cento e dez reais e cinquenta e seis centavos) (SOUSA, 2012).

E foi nas minhas garimpagens por informações que pudessem constituir a identidade desta escola, como sugere Magalhães, que percebi o quanto os cronogramas escolares me fazem reviver as práticas educativas realizadas na minha época. Com relação às avaliações, lembro-me que tínhamos constantemente arguições e provas escritas, às vezes elas eram realizadas sem aviso prévio. Recordo-me quando os professores adentravam em sala de aula e diziam: “Hoje é dia de arguição e vou abrir a caderneta e chamar o aluno para responder a pergunta”. Meu Deus, como aquela espera pelo meu nome era tensa, por vezes sentia a coluna gelar, principalmente quando não me encontrava preparada e tinha medo de ser sorteada e não saber o conteúdo perguntado. Somente entrevistando alunos de anos anteriores a mim pude observar que estes comportamentos foram sofrendo modificações, pois o aluno Romualdo Chagas, que estudou na escola entre os anos de 1964 até o ano de 1971, relata um comportamento que não existia no meu período educacional, pois com relação às avaliações ele relatou que:

Era muito difícil passar no Arqui, tínhamos exames de vários tipos, além das provas escritas tinha as provas orais, que era o que achava pior, ficavam dois professores dentro de sala, um professor era o nosso que ministrava a disciplina outro era um professor da mesma disciplina, mas de outra classe. Nós sentávamos diante de um professor e sorteávamos um tema para explicar, após finalizar com o primeiro professor passávamos para o segundo professor e outro tema era sorteado para que pudéssemos responder, todos da classe eram sabatinados (CHAGAS, 2013).

Constituindo uma análise sobre o depoimento do aluno, curvo-me sobre as atas, onde as provas e demais métodos avaliativos eram pontos bastante abordados entre o diretor e seus professores. A escola propunha avaliações e arguições ao longo do semestre letivo, com o intuito de que o aluno estivesse constantemente buscando o seu aprendizado, e que pudesse atingir a média exigida pela escola. Porém, se o aluno não atingisse a média, a ele era concedida a “oportunidade” de fazer o teste de recuperação, sabendo que este comportamento não foi inserido na prática escolar para facilitar a aprovação, e sim para dar mais uma chance aos alunos que, em muitas vezes, na hora

em que o professor fazia a distribuição dos testes, ficavam nervosos e não conseguiam fazer nada. Assim, quando eles não tivessem a possibilidade de fazer o teste da recuperação, haveria mais uma possibilidade de recuperar a nota anteriormente não atingida. A constante preocupação em debater a melhor forma de proceder no âmbito da avaliação pode ser observada no relato do Padre contido no livro de Atas do Colégio:

Esclareço a importância das provas e testes para os alunos, tendo estas que conter o conteúdo que foi abordado durante a unidade e lembrando que elas são a certificação de aprendizado, precisamos disponibilizar máxima atenção à preparação das mesmas, sendo provas que avaliem o bom desempenho do aluno, pois a escola não pode permitir que nossos alunos sejam aprovados sem um aprendizado devido, diante disto solicito bastante cautela na formulação dos exames assim como na correção dos mesmos (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCJ, 1967).

Como o objetivo deste capítulo é interpretar a cultura e as práticas educativas desenvolvidas no “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, a partir da visão de Dominique Julia (2001), não posso deixar de destacar a minha atenuada surpresa quando me deparei com o relato sobre a ausência de castigos e de vigilância nos recreios escolares. Diante da Ata, minha memória registrou aqueles momentos de brincadeira e lazer que desfrutei com meus colegas na “época de colégio” e, de fato, confirmei a informação que estava lendo. Segundo a Ata de reunião de 1970:

Finalizando, o Diretor afirmou que fora das aulas, nos recreios não há indisciplina. E frisou que nas aulas a disciplina fica por conta exclusiva dos professores. São os senhores professores que devem manter a disciplina dos seus alunos e para isto, tem total cobertura do Diretor (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCJ, 1970).

Naquele momento entendi que aquelas pessoas (funcionários do Colégio) que compunham os olhos e ouvidos do diretor em diferentes momentos, pouco apareciam nos recreios, sendo, portanto, pouco percebidas. Era como se sumissem da escola, a não ser quando os comportamentos ultrapassavam os limites permitidos.

E é neste cenário, de constituir o dia a dia a escola e seus entraves, que o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” foi se desenvolvendo no campo educacional. Os anos seguintes foram dedicados à tarefa de obter cada vez mais êxito no processo de formação educacional e ampliar o local onde a escola foi instalada. O

diretor tinha ideais que foram se realizando ao longo da sua trajetória. E é na busca desta estrutura física satisfatória, que o Padre Carvalho iniciou, no dia 25 de março de 1963, a reforma do Prédio do Seminário, que era localizado na Rua Dom José Thomaz. Esta reforma existiu para construir uma ala nova ao prédio já existente, para que fosse possível migrar o Ginásio para o outro prédio. E no dia 16 de outubro de 1966 foi finalizada a construção da nova ala. Prontamente no dia 17 de outubro de 1966, o “Ginásio Diocesano” muda de endereço e passa a funcionar no novo espaço recém-construído, no prédio que funcionava o Seminário Episcopal.

Os anos seguintes foram dedicados à tarefa de atender às inspeções nas quais o Colégio era incluído, sempre cumprindo as normas impostas pela Inspeção Seccional do Ensino Secundário em Sergipe, buscando atualizar o Regimento Interno a partir de dificuldades e modificações sentidas pela equipe diretiva da escola, assim como por solicitação do Conselho Regional de Educação. Sendo uma escola católica, o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” sempre buscou cumprir as determinações a ele destinadas, além de buscar atrelar uma boa formação ao seu corpo discente, seguindo as determinações da Igreja Católica.

Como toda escola religiosa, as datas comemorativas da Igreja também eram festejadas na escola através das missas do Padre Carvalho, mas ao buscar a minha memória posso ressaltar que a de maior destaque e visibilidade social era a Primeira Comunhão dos alunos.



Imagem 19: Primeira comunhão de alunos do CASCJ. 2007.
Fonte: Arquivo do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”

Recordo-me que anualmente existia a preparação para que os alunos fizessem a Primeira Comunhão. Inicialmente nós passávamos por um curso de formação, curso este que perdurava por alguns meses, sob a orientação religiosa de Zélia Alves França, pessoa representativa na escola e que, durante todo período em que lá estudei, transparecia ser o “braço direito” do Padre Carvalho. Ao final do curso existia a grande festa de Primeira Comunhão, na qual os alunos iriam, efetivamente, receber “Jesus Cristo” através da simbologia da hóstia sagrada. Na véspera do dia da Comunhão, todos os alunos que fizeram o curso eram encaminhados até a Igreja da escola para que pudessem se confessar com diferentes padres, pois, como eram muitos alunos, existia a necessidade de convidar párocos de outros locais para ouvir a confissão de dezenas de alunos e depois determinar a sua penitência com relação aos pecados. Enquanto aguardávamos ser chamados para se confessar, ficávamos teorizando, com os colegas, quais pecados eram piores e diante dos pecados poderíamos prever quantas Ave-Marias iríamos ter que rezar.

O que mais nos angustiava era que, após a confissão, não poderíamos mais pecar até o dia seguinte, e aí sim era realmente um comportamento sacrificante. Lembro-me do dia em que acordei muito cedo e bastante ansiosa para receber a minha Primeira Comunhão, passo muito importante dentro de uma família católica. Vale ressaltar que meu pai chegou a ser Frade Franciscano, sendo esse mais um motivo de relevância para a importância daquele dia na minha vida. Trajando vestido longo, todo branco e trabalhado com renda, com véu na cabeça e comportamento exemplar, passei a noite anterior e o período que antecedeu a Primeira Comunhão muito reservada, pois não poderia ter comportamentos que me levassem a pecar. Quando finalmente chegou a minha vez de receber as bênçãos das mãos do Padre Carvalho e receber a Comunhão, foi um momento muito significativo e lembro-me até hoje da emoção em receber “o corpo de Cristo”, levando-me às lágrimas.

No tocante às datas cívicas, a escola também se fazia evidenciar, através dos professores, principalmente os de História do Brasil, que nos possibilitavam desenvolver leituras e pesquisas para que pudéssemos conhecer o significado de tal comemoração. Por vezes nós apresentávamos, em sala de aula, dramatizações sobre a situação. Mas de todas as datas cívicas comemorativas, a de maior abrangência registrada na minha memória, e que contava com envolvimento significativo da equipe escolar e dos alunos, era o dia 7 de setembro. A escola, nesse sentido, constituía-se de características que a diferenciava de outras escolas, pois era costume que durante a

semana que antecedia as comemorações, todos os alunos do Ginásio fossem de calça branca e fardamento da escola. Nós ficávamos na frente do Colégio, às 7h, para hastear a bandeira do Brasil e cantar o hino. Ao final daquela semana nós iríamos participar do desfile de 7 de setembro, outro “costume” muito valorizado pela escola. Não nos incomodávamos com os ensaios em baixo do sol forte, para que tudo saísse perfeito. Eu, como sempre participei de tudo o que era oferecido, tocava prato na banda da escola. Os ensaios eram momentos de muita diversão, pois quem nos acompanhava eram os professores de Educação Física, e eles nos permitiam um pouco mais de liberdade. A escola exigia que o fardamento de desfile estivesse impecável, era um branco tão intenso com detalhes do vermelho, que levava ao público que assistia a admirar o zelo e o comportamento dos alunos do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”. Todos sabiam que as recomendações dadas eram para serem cumpridas, não é porque estávamos fora dos muros do colégio que poderíamos nos comportar de qualquer forma, pois se a equipe da direção observasse qualquer comportamento que não comungasse do que tinha sido pré-estabelecido, o aluno seria seriamente punido.

Posso rememorar que, ao longo dos 15 anos que estudei no “Arqui”, o comportamento dentro dos muros da escola dizia muito da pedagogia ali aplicada. Mesmo sendo uma escola dirigida por padre, constituída de uma educação tradicional e moldada dentro dos parâmetros da época, não era uma instituição educativa punitiva, era um espaço físico no qual circulavam centenas de crianças e jovens que estavam em desenvolvimento físico e mental, com os hormônios em explosão, devido à idade. Porém, sabíamos que comportamentos exagerados não cabiam ali, nem em qualquer lugar. A presença de pessoas que nos lembravam a todo o momento a onipotência e onipresença de “Deus”, acabava sendo internalizada, pois conhecimentos como esses eram incutidos, como norma, a todos os egressos, assim que iniciavam sua trajetória educacional no “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”.

Não posso deixar de externar que punições não existiam dentro da escola, mas o que gostaria de ressaltar era a forma pedagógica como os “castigos” eram aplicados. Os alunos sabiam quais deveriam ser os comportamentos a serem praticados, mas se, ainda assim, insistissem em descumprir as regras, seriam levados até a sala da coordenação e seriam advertidos com relação aos comportamentos indevidos. Sobre isso, trago o registro do livro de Atas do ano de 1968 que foca a pior das punições, a expulsão:

O Diretor afirmou que em uma das aulas do semestre, houvera uma balbúrdia, com expressões indecentes, provocada por alguns alunos e dentre eles destacaram-se: Fulano Silva, Sicrano Rocha e Beltrano Souza. Diante disto o Diretor perguntou aos participantes da reunião, se estavam de acordo em eliminá-los do colégio.

Depois de várias considerações, todos foram unânimes em afirmar que o Fulano Silva e Sicrano Rocha deveriam ser eliminados. Pedindo os participantes da reunião que concedesse um prazo de 1 mês a Beltrano Souza, dando-lhe mais uma oportunidade para o entrosamento nas aulas. Também foi observado pelos profs. que o Beltrano Souza precisaria de mais amabilidade em falar com os profs. em classe. O que será resolvido em conversa entre o mesmo e o Diretor (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO, 1968).⁶

A figura do Padre Carvalho sempre era muito presente na escola, entre seus milhares de passeios que tinham o intuito de observar todos os espaços físicos da mesma. Quando detectava algo de incorreto, somente a sua presença e o seu olhar já eram satisfatórios para que os alunos se recompusessem. Mas, se ainda não bastasse a sua figura, os alunos eram encaminhados à sala do Padre, um ambiente fechado, com luz comedida, de temperatura agradável e silêncio intocável, que transmitia, à minha pessoa, muita paz e reflexão. Possuía, em quase todas as paredes, estantes com livros, além de um grande birô de madeira, e acima dele, muitos documentos e anotações da vida profissional do Padre diretor, e por trás uma cadeira giratória, onde o diretor se revelava. Ele se recostava e, sem alterar o tom de voz, mesmo sabendo de todo o ocorrido, que já tinha sido relatado pela sua equipe pedagógica, questionava o aluno indisciplinado, perguntando o que tinha acontecido para que ele pudesse ter sido levado até aquele lugar.

Sempre valorizei tais comportamentos, pois neste momento não vinha a acusação gratuita e sim a possibilidade que os alunos tinham de informar e/ou expressar o seu motivo e refletir sobre as suas atitudes. A partir daquele momento, uma longa conversa se estabelecia, um canal era aberto para construção do diálogo, no intuito do aluno se fazer refletir e repensar, através de suas colocações religiosas e respaldadas no exemplo, o quanto tinha sido indevido o seu comportamento. Nunca presenciei ou soube de castigos físicos dentro da escola, o que de pior poderia acontecer era levar uma advertência para casa e somente entraria com a presença dos pais. Outra punição era a suspensão das aulas por determinado número de dias, punição essa que deixava envergonhado o aluno. Se ainda assim não revertesse tal situação, atitudes mais

⁶ Visando preservar a identidade dos alunos, optei por usar pseudônimos.

enérgicas eram efetuadas, pois o Colégio, por certo, teve alunos que não se adequaram ao perfil educacional ali aplicado que e foram convidados a se retirar da escola, sendo essa, como já ressaltado, a pior punição, quando o aluno poderia ser, inclusive, impedido de estudar na instituição.

Tendo ainda as punições como foco, resalto que o Padre Carvalho sempre deixou claro que os professores não estavam autorizados a punir os alunos, pois isto era papel do diretor. Segundo Ata do ano de 1970, o Padre diretor:

Frisou que o Regimento não permite aos professores aplicarem penalidade aos alunos. Devem repreendê-los, quando necessário, anotar as faltas dos alunos e se não houver jeito, levar o caso ao diretor. Se, por acaso, um aluno estiver brincando em classe, o professor explicará um assunto, chamará o aluno ao quadro e atribuir-lhe-á nota baixa, a fim de coagi-lo a cumprir suas atividades em dia. O diretor disse que colocando o aluno para fora da aula abre uma lacuna na formação do aluno, e aconselhou que seria melhor, o prof. colocá-los na frente (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCI, 1970).

As formas avaliativas são outro ponto de destaque nas reuniões com os professores, sempre frisando a importância em cobrar atividades, arguições e provas elaboradas, com o foco de exigir ao máximo a aprendizagem dos alunos. Eram terminantemente proibidas as práticas da fraude durante as provas, como podemos atestar:

De suma importância aplicar esforços para combater os processos fraudulentos durante a realização de provas, seja formando os alunos, seja também exercendo uma vigilância atenta sobre a classe para que não adquira esse mau hábito. Foi sugerido também que o critério a ser adotado, para combate a fraude, denominada “cola”, deverá ser uniforme. Foi ainda lembrado que um dos expedientes para evitar a fraude em provas e testes seria assegurar o clima de silêncio, fator importante para seriedade da execução dos trabalhos e se necessário readaptação da classe, modificando de lugar, os alunos que insistam na tentativa (LIVRO DE ATA DE REUNIÕES, 1971).

Tais práticas escolares podem ser observadas ao longo do desenvolvimento do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, mesmo tendo a frente o Padre Carvalho, que, como já foi evidenciado anteriormente, era um padre educador ativo e que, através de seus estudos e práticas, tornou-se sabedor dos comportamentos que deveriam ser seguidos para que aquela estrutura educacional prosperasse. Seus

direcionamentos eram apresentados a todos: equipe administrativa, equipe pedagógica e professores, ficando reservadas aos progenitores e principalmente aos alunos, as regras comportamentais. Assim que adentravam no Colégio, o próprio Padre educador os informava os procedimentos. Atitudes como essa iriam contribuir para a construção do papel pedagógico da escola, constituindo sua identidade, pois possibilitavam envolver todos que respondiam pela formação educacional, deixando claro o papel e a importância de cada um neste núcleo de formação. Sobre isso evidencia a Ata de 1971:

O Colégio existe para os alunos e nós trabalhamos para eles, em prol da sua formação totalitária, e todo professor e equipe pedagógica deverá olhar a educação por este prisma. Encarando deste modo, a educação, o Professor terá ela, na sua vida profissional. Também não posso deixar de pontuar, que o aluno tem sua contribuição responsável nesta formação, mas não podemos esquecer que eles estão em construção, e eles precisam ver que o Professor antes de tudo, é um orientador da Educação integral do aluno. É como orientador, que o professor terá que externalizar com exemplos, de sua própria vida, a orientação que propõe para seus educandos. Os pais confiam seus filhos ao Colégio, para que não só instruamos, porém para darmos uma educação integral. Daí a necessidade de haver engajamento geral de todos que fazem o Colégio. Diretor, Professores e funcionários todos unidos tenhamos uma mesma meta – Educação integral do aluno (LIVRO DE ATA DE REUNIÃO DO CASCI, 1971).

Como

A história das instituições educativas constituiu um domínio do conhecimento em que se tem operado uma profunda alteração metodológica, uma vez que há uma narrativa de natureza cronística e memorialista, que informa as representações e os relatos orais dos atores se procura contrapor uma base de informação arquivísticas, sob uma heurística e uma hermenêutica complexa, problematizantes e centradas na instituição educativa como totalidade em organização e desenvolvimento. Uma história construída(s) da(s) memórias(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projeto pedagógico (MAGALHÃES, 1999, p.61).

Assim, foi buscando a identidade do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” que visitei minhas lembranças, me vali da memória dos entrevistados, em especial do Padre José Carvalho de Sousa, adentrei o arquivo da Instituição e me propus uma síntese que evidenciasse o itinerário e o projeto

pedagógico, bem com a identidade histórica da instituição que formou a mim e a centenas de sergipanos e que hoje, embora não conte mais com o Padre Carvalho como seu mentor intelectual, segue adiante, como filho que dá orgulho ao pai e a todos os que dele descendem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criar vínculos positivos, pontes de humanidade, fortalecer os elos de amizade e generosidade, criar possibilidades de construção de novas referências e representações no campo da afetividade. Desenvolver sentimentos de pertença grupal na referência do coletivo [...] perceber a importância das relações afetivas, dos sentimentos de segurança para que possam [os educandos] desafiar as dificuldades que marcam o jogo da nossa existência (LEAL, 1997).

A intenção inicial deste estudo, voltado para o Mestrado em Educação da Universidade Tiradentes, foi a de abordar a trajetória do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, mantido pela Arquidiocese de Sergipe, portanto, uma instituição particular. O que se buscou foi analisar a sua gênese, enquanto possibilitadora do ensino ginasial, até a inclusão do ensino secundário e a sua consequente “evolução”, observando a sua contribuição para a Educação em Sergipe, no que se refere à qualidade de ensino impressa no contexto escolar do Estado.

Ao iniciar a minha trajetória na busca de coleta de dados sobre o “Colégio Arquidiocesano”, busquei inicialmente ao seu idealizador, o Padre José Carvalho de Souza, então diretor da instituição. No decorrer da entrevista oral, percebi o quanto foi decisiva a sua presença à frente das diferentes decisões para implantação e construção do Colégio, assim como para a filosofia educacional imposta pelo mesmo, buscando, na sua relevância, promover, em toda a trajetória da escola, uma característica singular para a realidade social em que foi concebida e edificada. Notei, então, ser impossível abordar como cerne do estudo a instituição dissociada do seu criador, pois percebi a contribuição de uma biografia sólida, comungada com o que expõe Carino (1999), para quem a biografia serve como um instrumento com possibilidade de ser pedagogicamente exemplar e, assim, no tocante à temática, conter em seu bojo, a argamassa essencial para uma construção educativa consciente e consequente.

A partir desta percepção o foco do estudo foi, em termos de perspectiva, alterado, passando a ter como alicerce o entendimento da trajetória de vida do Padre José Carvalho de Sousa, cuja singularidade possibilitou a edificação de uma instituição educacional que ao longo de 53 anos de atividade continua sendo referência de uma educação de qualidade para o Estado, se propondo a formar, para a sociedade, “homens

e mulheres sadios, conscientes de seus deveres como cidadãos, detentores de conhecimentos sólidos, e com valores religiosos solidificados”, e, por isso, contribuidores do desenvolvimento pleno da sociedade.

Abordar a trajetória do Padre José Carvalho de Souza, com a intenção de entender o processo de institucionalização do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” foi, por certo, a tarefa mais prazerosa, isso por que pude, sem apologias, mas baseada em fatos, documentos, depoimentos, perceber o quão indissociável foram suas histórias. Percebi também que a individualidade do Padre José Carvalho de Souza, administrador, pedagogo, filósofo, fez-se marca registrada num empreendimento coletivo, colocando a sua maneira de conceber a importância do conhecimento para o crescimento, o respeito às normas e aos valores essenciais. Nesse sentido, busquei respaldar o estudo em teorias apresentadas pelos historiadores e pesquisadores da História Cultural.

O movimento que legitimou a História Cultural surgiu na França, na primeira metade do século XX, tendo à frente Lucien Febvre e Marc Bloc (BURKE, 1991). Esta linhagem historiográfica tornou-se uma possibilidade de se ter uma nova visão para a História, atrelando novos assuntos e temáticas, o que me fez, a partir do entendimento de sua relevância, buscar nas referências bibliográficas elementos reforçadores para a concretização dos objetivos propostos, respaldando, portanto, a escolha da temática objeto do estudo, mas que mostrou também a necessidade de se voltar para uma pesquisa sobre a Cultura Escolar.

Como a Cultura Escolar está voltada para os aspectos internos da instituição educacional como um todo, ou seja, as práticas educativas no cotidiano, a observância ao desenvolvimento do currículo (em busca de melhorias qualitativas), a construção dos saberes, a administração das instituições, a distribuição e a organização de alunos e professores, procurei detectá-la, o que veio a corroborar com a assertiva de que a administração, organização de todos que fazem parte do processo educacional do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, segue os ditames estabelecidos pelo Padre José de Carvalho Souza, mas sem um caráter ditatorial, o que foi percebido pela análise das Atas das Reuniões realizadas, através das quais foi possível perceber a concordância de todos em relação ao que devia ser seguido, mesmo com a abertura possibilitada pelo Diretor para réplicas, no que se refere ao que havia sido estabelecido (LIVRO DE ATAS DO CASCJ, 1960).

Diante das evidências sobre a importância do Padre José de Carvalho Souza para a concretização e manutenção de um empreendimento que envolvia “poder” de persuasão, de comprometimento, de abnegação, tentei entender a importância de biografar para entender a relação homem-obra. Daí o emprego metodológico da história de vida e do conceito de memória, perpassando pela metodologia da História Oral. Tais escolhas foram de suma importância para a compreensão do projeto da Igreja Católica, em especial do Pe. Carvalho, para a obtenção da viabilização de um projeto maior, não individualizado, mas direcionado para o coletivo, que de fato fosse consequente e comungasse com os resultados requeridos pelos anseios e desejos educacionais do, até então, somente religioso.

Foi tendo como referência a visão deste homem/padre e educador, que construiu, ao longo dos seus 86 anos de idade e 52 anos de direção do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus”, uma vida de conquistas e uma identidade sólida, que pude compreender mais e melhor o CASCJ. Isso porque para os que compunham o Colégio, “falar em Arqui, é falar no Mons. Carvalho”, pois quando pensamos no Colégio, inicialmente vem a figura constituída do Padre Carvalho: um homem íntegro, com postura inabalável, com um timbre de voz constante, ético e com o dom da palavra. Assim sendo, seria impossível entender a identidade do Colégio sem passar por suas ações. Mesmo porque não existe instituição, sem gestor; não existe obra bem sucedida, sem um responsável por ela; e, conseqüentemente, não existe uma experiência bem sucedida sem ideias e ações que a levem ao êxito.

Não fosse a estrutura pedagógica, o corpo administrativo e docente, as práticas educativas, as disciplinas escolares, a veia religiosa, em suma, a cultura escolar desenvolvida no CASCJ, localizado na quadra de terras cuja rua principal leva o nome do primeiro bispo de Aracaju: Dom José Thomaz Gomes da Silva, ser o suficiente para colocar homem e obra nas páginas da historiografia educacional sergipana, ele alargou ainda mais sua atuação quando criou uma filial do Colégio, desta feita com a única intenção de atender aos menores. Foi assim que acatou as sugestões de alguns pais, de criar outra unidade de ensino, que atendesse a zona de expansão da cidade de Aracaju. O seu espírito empreendedor se revela novamente, juntamente com a sua vontade de ampliar os horizontes do Colégio.

Era final de 1998 quando o Padre Carvalho realmente percebeu que seria o momento de expandir a escola e atingir outros horizontes e resolveu acompanhar o processo migratório da população sergipana, no que constitui a área de expansão de

Aracaju. Localizado no bairro Farolândia, o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” se propõe oferecer o mesmo padrão de ensino da matriz, mas nos níveis da Educação Infantil e até o 6º ano do Ensino Fundamental. O espaço do Colégio, pensado nos moldes da pedagogia contemporânea, está construído numa área de 14200 m², e é composto por: 26 Salas de Aula, Biblioteca Infantil, duas Quadras de Esporte, Parque Infantil e Piscina Infantil, dois Laboratórios de Informática, Sala Audiovisual/Multimídia, Posto Médico, Capela, Cantina, Cozinha Experimental, Brinquedoteca, salas especiais para o Turno Integral, Musicalização e Dança, além de um ambiente significativo com área livre, que propicia o desenvolvimento, criatividade e possibilita uma atmosfera de descobertas por parte dos alunos que ali estudam.

O que se pode analisar com as várias facetas/estratégias do Padre com relação ao Colégio é que, mesmo o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” sendo uma escola tradicional na sua essência de formação, não se cristalizou diante das novas “descobertas e métodos” da educação. Haja vista, como pode ser observado, que ao longo de 52 anos de gestão do Padre, modificações significativas ocorreram, sendo elas: adequação da estrutura física da escola para melhor atender as exigências modernas; o acompanhamento das teorias pedagógicas apresentadas no cenário educacional, bem como a criação e manutenção de um espaço educacional que possibilita o desenvolvimento dos alunos nas mais variadas expressões dentro da escola, o que pode ser evidenciado com a instalação do programa de rádio, estimulando a expressão artística; as gincanas literárias, dentre outras expressões que possibilitam que os alunos desenvolvam suas habilidades e competências.

Para exemplificar o crescimento pedagógico nas duas estruturas escolares, no “Arqui Centro” e no “Arqui Farolândia”, trago à luz o fato de em ambos se trabalha com a pedagogia de projetos. Nesta linha são desenvolvidos muitos projetos que buscam estimular a criatividade, curiosidade, e ampliar o interesse dos alunos pela descoberta, desta forma, propiciando um melhor desenvolvimento, interação com a escola e ativação o raciocínio. É neste segmento que destaco o Projeto Cheirinho de Mato, que se desenvolve nas duas unidades, mas percebendo que no “Arqui Farolândia” a sua abrangência é maior, devido ao “espaço físico verde” que a escola possui.

Este projeto iniciou em 2006, objetivando integrar crianças, jovens e adultos, conscientizando-os sobre a necessidade de mudar determinadas posturas diante do meio ambiente, buscando despertar nestes alunos a educação ambiental, ressaltando a importância para o processo de sustentabilidade ambiental e preservação do planeta. O

projeto abrange parcerias com universidades, escolas públicas e particulares, através de oficinas e aulas de campo, possibilitando que não só que os alunos do colégio possam conhecer e aprender mais sobre a importância da Ética Ambiental, mas abrir as portas da escola e socializar este conhecimento com diferentes grupos externos.

É por tudo isso, que história do Padre não pode ser dissociada do Colégio. Por certo muitos foram seus assessores, coordenadores e professores que contribuíram com as pedagogias ali desenvolvidas, mas foi/é do Padre Carvalho o mérito da gestão. O que pressupõe ter ideias, mas também ouvir aqueles que podem contribuir, pressupõe realizações, mas também cautela, pressupõe resultados, mas também continuidade. E é como gestor/empreendedor/educador/padre que José Carvalho de Sousa configura na História da Educação de Sergipe. Por certo, sobre suas ideias e ações muito ainda tem que ser revelado, mas como meus objetivos me limitam, trago à luz algumas das milhares de representações que o identificam:

Exemplo de dedicação à Igreja e ao ensino, o Monsenhor Carvalho vive para servir ao próximo. Desempenha ao longo de sua vida um papel de fundamental importância no desenvolvimento cristão da sociedade. Como Adeceano, não mede esforços para a consecução da religiosidade no meio empresarial. [...] (ADAS – ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES E ATACADISTAS DO ESTADO DE SERGIPE).

O Monsenhor Carvalho demonstra através de suas atitudes toda a magnitude ética acerca de sua conduta humana, firme nos propósitos sociais e cristãos, colaborando no desenvolvimento moral e intelectual de todos que o cercam (GRÁFICA E EDITORA J. ANDRADE).

Você pode sonhar, criar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo... Mas é necessário ter corações para transformar seu sonho em realidade (SISTEMA APERIPÊ DE COMUNICAÇÃO).

Uma vida inteira para a religiosidade e para a educação. Assim é Monsenhor Carvalho. Pelas suas mãos, milhares de pessoas encontraram o caminho da escola e da dignidade, a maioria espalhando igual fervor e dedicação, resultado do exemplo colhido nas ações e palavras de quem, na terra, escolheu o sacerdócio por vocação maior, exercendo-o com honra e profundo respeito (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS).

Como educador, um mestre que acredita na educação como instrumento de construção da cidadania e de realização das grandes conquistas da humanidade (FUNDAÇÃO AUGUSTO FRANCO).

O Pe. Carvalho é um daqueles símbolos sergipanos dignos de registro nos anais da nossa história. Emprestou os seus dons à causa da educação de Sergipe, formando gerações. [...]. Educador de homens, mas, particularmente, de almas. Seu legado ficará gravado na história de Sergipe (C.A.A.M. PROMOTOR DE JUSTIÇA E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO).

Diante da parte da história aqui desvelada e dessas representações acerca do Padre, não posso deixar, neste momento, de externar que pesquisar o “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus e a figura do seu criador, o Padre José Carvalho de Sousa, me fez crescer enquanto pesquisadora, possibilitando extrair das fontes as quais tive acesso, a possibilidade de ousar construir um pequeno tracejado sobre a história dessa instituição de ensino. Consegui amadurecer enquanto educadora, pois conheci “por dentro” uma instituição de ensino que ao longo dos seus 53 anos foi responsável pela formação de centenas de jovens que galgaram futuro, assim como eu. Além de possibilitar um reencontro, mais que prazeroso, com a escola e seu criador depois de tantos anos, pude observar o quanto uma admiração de infância e adolescência pode trazer bons frutos para a fase adulta. E é assim que me sinto, presenteada em poder “ouvir contar” essa história que buscou, modestamente, retratar diferentes fases pelas quais a escola passou e que deixou marcas significativas, em especial, na minha memória, como uma escola formadora, onde o diálogo e o bom exemplo foram/são prioridades na práxis pedagógica desenvolvida dentro dos seus muros.

Assim sendo, reafirmo, com base nos estudos realizados, que a personagem em pauta, seu caráter e personalidade empreendedores, modelos exemplificadores de comportamento, imprimiram uma dinâmica e uma riqueza na educação aracajuana, culminando como a inscrição de uma história ímpar a ser seguida pelos que entendem a educação como mola mestra do desenvolvimento dos cidadãos participantes da vida nas sociedades que os contemplam. Isso porque o Pe. Carvalho se compõe padre, mas também empreendedor, se compõe professor, mas também gestor e assim se compõe exemplo. Eis o porquê da história do “Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus” ser indissociável da sua. Ele se compôs, compondo o Colégio e esse, por sua vez, tornou-se fruto da sua composição. As suas experiências e realizações individuais, mas em prol da coletividade, falam também por si só em nome da educação.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M.H.M.B. (org.). **A aventura (auto)biográfica: teoria & empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ARARIPE, F.M.A. Biblioteca: lugar de memória. In: VASCONCELOS, J.G.; MAGALHÃES JUNIOR, A.G. (orgs.). **Memórias no plural**. Fortaleza: LCR, 2001. p. 71-76.

BARCELLOS, Jorge. **As políticas educacionais no Brasil: apontamentos para sua história**. Disponível em: <<http://302284.vilabol.uol.com.br/histpol.html>> Acesso em: 12.02.2012

BARRETO, Luiz Antonio. **Sergipe: 100 anos de História Constitucional**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1992.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os padres de Dom José: o seminário sagrado coração de Jesus (1913-1933)**. 2004. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

BERGER, Miguel André. **“Educar e Instruir” – A missão do Colégio Jackson de Figueiredo**. [s.n.t.]. Material xerocopiado.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. São Paulo: Edit. Univ. Estadual Paulista, 1991.

CARINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 67, ago 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a05.pdf>>. Acesso em: 01.01.2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.1990.

CORREA, Gilvane Gonçalves. **A seriação escolar brasileira: aspectos legislativos**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu2014.htm>> Acesso em: 05.02.2012.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: REVISTA DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO. **Revista Semestral do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe**, v. 4, jan./jun. 2002. p.45 – 65.

_____. A cultura material escolar e a produção das dissertações de mestrado do núcleo de pós-graduação em educação. In: BERGER, Miguel André (Org.). **A pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceio: Edufal, 2010. [s.p.].

FREITAS, Cacilda Wiltshire. **Relato oral sobre sua história de vida**. Aracaju. 09 de Janeiro de 2012.

FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana**. São Cristóvão: UFS, 2007.

FREITAS, Fabiano Junqueira de; BRAGA, Paula Lou Ane Matos Braga. Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. **Revista Histórica**, n. 13, p. 1, 2006.

FISCHER, Beatriz T.D. Ponto e contraponto: harmonias possíveis no trabalho com histórias de vida. In: ABRAHÃO, M.H.M.B. (org.). **A aventura (auto)biográfica: teoria & empiria**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p.531-548.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados, nº 1, janeiro/junho, 2001. p.9-43.

LEAL, Regina Barros. **Proposta pedagógica para adolescente privado de liberdade**. Ceará, UNICEF, 1998.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda: V.1, 1984, p.525-541.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARROU, H. I. **A História faz-se com documentos**. Do conhecimento histórico. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MONTEIRO, Aníbal José Leite da Silva. **Colégio Arquidiocesano “Sagrado Coração de Jesus” (um empreendimento educacional bem sucedido?)**. Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Tiradentes – Unit, 2003.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTA, F.A. Educação: uma política para a construção da cidadania. In: _____. **Trabalho, desenvolvimento e educação: processos sociais e ação docente**. Fortaleza: Expressão, 2009. p. 9-32

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para uma reflexão acerca da escola primária republicana em Sergipe (1889-1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa de Fátima; PINTO, Rúbia-Mar Nunes (org.). **Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012. [s.p.].

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**. Campinas, 2004. p. 51- ?

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. 2.ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

_____. _____. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Aracaju, 2008.

OLIVEIRA, J. de. **Pais e alunos realizam protesto a favor de Monsenhor**. 29.05.2012. Disponível em:<<http://www.infonet.com.br>>. Acesso em: 09.12.2012.

OLIVEIRA, D.M.A. de. O direito proclamado à educação em Sergipe: os princípios da obrigatoriedade e da gratuidade na Primeira República (1889-1930). In: **Revista do Mestrado em Educação**, Universidade Federal de Sergipe. Vol.1, 1998, São Cristóvão: UFS/NPGED, 1998. p.47-58.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. (orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP; UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. Cap.5, p.75-93.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em História**. Montes Claros-MG: Editora da UAB/UNIMONTES, 2010.

SAVIANI, Dermeval, *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Coleção Educação Contemporânea, 2004.

_____. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol III: século XX**. 2.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2005. p.29-38.

SOUSA, José Carvalho de. **Presença Participativa da Igreja Católica na História dos 150 anos de Aracaju**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2006.

SOUSA, José Carvalho de. **Relato oral sobre sua história de vida**. Aracaju. 24 de Novembro de 2011.

TOBIAS, J.A. **História da educação brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1986.